



RELATÓRIO E CONTAS 2017



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. A EMPRESA	06
1.1. A TRATOLIXO, E.I.M., S.A.	10
1.2. Dimensão da Organização	11
1.3. Curriculum vitae dos Administradores	13
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	14
1.5. Organização da Empresa	15
2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES E EM CONSTRUÇÃO	16
2.1. Ecoparque da Abrunheira	17
2.1.1. Central de Digestão Anaeróbia	18
2.1.2. Células de Confinamento Técnico	20
2.1.3. Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)	22
2.1.4. Ecocentro da Abrunheira	23
2.2. Ecoparque de Trajouce	24
2.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos	24
2.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem	26
2.2.3. Central de Triagem de Papel/Cartão	26
2.2.4. Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce	26
2.2.5. Ecocentro de Trajouce	28
2.3. Ecocentro da Ericeira	28
3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2017	29
3.1. Recepção de Resíduos	30
3.2. Tratamento e Valorização	35
3.3. Missão, Visão e Política Integrada	42
3.4. Planeamento e Estratégia	43
3.5. Sistema Integrado de Gestão	46
3.6. Licenciamentos e Requisitos Legais	47
3.7. Monitorização do Processo e Produto	48
3.8. Comunicação e Imagem	51
3.9. Gestão de Pessoas	54
4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA	58
5. PERSPECTIVAS PARA 2018	65
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	77
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	120
9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	124

Teresa Hilário | Alexandra Barbosa | Ana Cruz | Ana Paula Brito | Rossana Zolezzi | Sónia Tavares | Mónica Oliveira
Ana Paula Schofield | Patrícia Gomes | Patrícia Silva | Cristiana Frederico | Susana Vaz | Clara Faria | João Gonçalves
Teresa Mateus | Duarte Pelica | Susana Domingues | Ricardo Castro | Alexandre Soares | Joana Frazão | Susana Dias
Cláudia Lourenço | Vanessa Santos | Paula Meira | João Frederico | Carlos Martins | Nuno Simões | Rodrigo Neves
Bruno Lopes | Lúcia Bonifácio | Francisco Belo | Carlos Santos | Carlos Silva | Amelia Melo | Fernando Fernandes
Emerência Silva | José Silva | João Sabino | José Filipe Marques | Sandra Pinto | Lucia Nunes | Américo Carmo
Duarte Figueira | Maria Arminda Silva | Carlos Oliveira | José Manuel Vides | Albino Dias de Almeida | Manuel Fail
José do Carmo | António Pereira Ferreira | Carlos Vasques | Manuel Santos | Francisco Manuel Lérias
Joaquim Pombeiro | Paulo Reis Vicente | Rui Cardoso | António Alexandre | Paulo Gouveia | Susana Santos
Irene Valente | Fernanda Pombeiro | Cristina Roseiro | Ana Paula Vasques | Sónia Fernandes | Isabel Costa
Américo Martins | Ferreira | Rosário Cipriano Dias | Maria José Fernandes | Diamantino Goncalves | Maria Luisa Sousa
Pedro Garcia | Jorge Barreira | Laurinda Garcia | Ana Paula Camões | Amilcar Garcia | Arnaldo Sérgio Domingues
Vitor Gomes | Rui Gomes | Eugénio Pontes | Maria de Fátima Soares | Francisca Espada | Luis Jorge | Vitor Marques
Sebastião Mateus | António Sabino | Andrade Baptista | Fernando Valter Gomes | Albino Ferreira | Francisco Morga-
do | Gonçalo Pereira | Paulo Pereira | João Andrade | Sergey Saleev | António Araujo | Aguinaldo Pina | Leão Mendes
Francisco Pinheiro | Pedro Costa | Oleksandr Tashchilov | Eduardo Ferreira | Raúl Correia | Teresa Rodrigues
Hélder Ginja | Anabela Fonseca | Christiane Carvalho | Maria José Eugénio | Ihor Darovskyy | Ana Pratas | João Costa
Joaquim Bonacho | José Gouveia | Mary Martins | Carlos Antunes | Rui Santos | José Ramos Leonel Pedro | Jorge Duro
Luís Henrique | Sérgio Rosa | Bruno Gomes | José Gomes | Luísa Dionísio | Paula Pinheiro | Lúcia Prazeres
Agostinho Mendes | Francisca Pontes | Bruno Teixeira | Adriano Jesus | Stepan Kulych | Ana Rocha | Carlos Pinheiro
Artur Monteiro | Carlos Garcia | Vitor Pereira | Cláudia Quadros | António Brito | Filipa Lanternas | João Dias Coelho
David Antunes | Maria João Alves | Luís Areias | Ana Teresa Barbosa | Rute Fialho | Vanessa Venâncio | Mário Santos
Rui Bica | Roman Slyusarenko | Tiago Veiga | Adilson Pedronho | Alcindo Pereira | Hugo Cruz | João Baptista | Luís Dias
João Godinho | Fernando Pineu | José Borges | António Vaz | José Silva | Luís Tavares | Aguinaldo Gomes | Paulo
Ramos | Pedro Malaquias | Vitor Pimentel | Joaquim Tavares | Vasco Lourenço | Pedro Roque | Hugo Negrier Dias
António Martins | David Candeias | António Braz | Gabriel Fialho | Rosária Correia | Luís Correia | Ricardo Simões
Serafim Silva | Luís Miguel Tavares Silvestre | João Videira | Jorge Ramilo | Rúben Duarte | António Passos
Carlos Morais | Arnaldo André | João Américo Silva | Leonel Guerreiro | Sara Oliveira | Paula Pires | Lúcia Pagado
João Serra | Fernando Nery | Teresa Amaro | Francisco Silva | João Silva Silvia Tomaz | Joaquim Martinho
Juvenal Venâncio | Francisco Pedro | Nuno Conchinha | Luís Vieira | Fernando Ramilo | Pedro Baptista
Bruno Santos | Simão Cortez Pacheco | Luís Simões | Luís Vares | Eduardo Silva | Carlos Lourenço | Manuel Vicente
António Reis | Ana Duarte | Ricardo Barros | Joana Fuertes | Helena Bispo | Belmirio Sousa | Fernando Marmelo
João Aires | Ruslan Yatskiv | Paulo Monteiro | António Campos | João Chendo | Rui Rodrigues | Óscar Carvalho
Fábio Alcaravela | Alexandre Ferreira | Alexandre Ginja | Francisco Figueiredo | Nuno Reis | Cesário Furtado Lopes
Rui Silva | José Candeias da Silva | Nuno Rosário | José Branco | Emanuel Brito | Manuel Gouveia | Hélder Galo
José Sousa | Álvaro Reis | Geovane Kondé | José Franco | Manuel Ruivo | Paulo Ferreira | Pedro Bento | José Moreira
Paulo Cruz | Hugo Dias | Stoyan Georgiev Koev | David Souza | Jaime Ginja | António Esteves | Eduardo Oliveira
Nelson Silva | Gilson Moniz | Márcio Soares | João Fazenda | Vânia Assunção | Mafalda Almeida | Daniel Rodrigues
Luís Galamba | Luís Rodrigues | Luís Castro | Bruna Bilro | António Nunes | Modesto Teixeira | João Ginja | José Varela
Mykaylo Garashchenko | Tiago Nunes | Paulo Samuel | Edinilson Monteiro | Bruno Alves | João Tomás | Ruben Antunes
Francisco Conceição

CASCAIS | MAFRA | OEIRAS | SINTRA

4 Municípios

31 Freguesias

851.665 Habitantes

422.206 t /Ano

TRATOLIXO

258 Colaboradores

38.517t Produtos

21.106 MWh Energia

2 Ecoparques

2017

AS EVIDENTES MELHORIAS NAS CONDIÇÕES ECONÓMICO-SOCIAIS DO PAÍS ALIADAS À CRESCENTE EXPANSÃO DO TURISMO TIVERAM REFLEXOS NA QUANTIDADE DE RESÍDUOS RECEBIDOS E TRATADOS NAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA.

TRATOLIXO – UM SISTEMA RENOVADO AO SERVIÇO DAS POPULAÇÕES



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2017- MOMENTOS DE EVOLUÇÃO E PERÍODOS DE INSTABILIDADE

O ano de 2017 foi um ano marcante e complexo, no qual vivemos momentos de evolução e realização intercalados com períodos de alguma instabilidade no sector dos resíduos, o que tornou o nosso trabalho mais esforçado, mas estimulante.

A TRATOLIXO encontra-se, actualmente, estável do ponto de vista económico e financeiro, decorrente da implementação de medidas tomadas pelo Conselho de Administração que tomou posse em 2014, nomeadamente a renegociação da dívida com o Sindicato Bancário com alterações contratuais relevantes para a redução substancial do serviço de dívida, renegociações e rescisões de contratos com fornecedores externos e internalização de serviços, com a consequente redução nos custos de transporte e deposição de resíduos.

A empresa que agora todos encontramos, apresenta uma condição sólida e equilibrada em virtude da redução completa da dívida existente a fornecedores e/ou prestadores de serviço externos, que ascendia aos 23 M€ no início do ano de 2014. De salientar que estas medidas foram assumidas após uma saída de um PER – Plano Especial de Revitalização.

Todas estas medidas de gestão tomadas resultaram na diminuição de custos de exploração e permitiram uma redução sustentada e importante da tarifa aos municípios.

A reestruturação da organização da empresa foi também uma medida importante que se adoptou, pois almeja dar resposta aos constantes desafios e projectos da TRATOLIXO, reforçar a estrutura face à expansão de infra-estruturas da empresa e corresponder a uma viragem de estratégia focada no futuro, eficiência e inovação.

Isto porque logo em Março, as Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira iniciaram o seu funcionamento, trazendo um novo desafio para a área operacional e uma independência face ao exterior há muito aguardada pela empresa, já que o Sistema esteve cerca de 14 anos sem uma infra-estrutura própria de destino

final. Tal representa uma redução substancial e o cumprimento de um objectivo operacional essencial no Modelo Técnico e Financeiro da empresa.

Mais tarde, em 13 de Setembro, como reflexo do esforço colectivo de toda a equipa da TRATOLIXO entrou também – e finalmente – em funcionamento o Ecocentro da Abrunheira, fechando-se, assim, um ciclo que determina a total operacionalidade do Ecoparque da Abrunheira e constitui um registo histórico para a empresa, que dá como concluído este Ecoparque, em Mafra.

Houve, contudo, factores externos que influenciaram negativamente a actividade e condicionaram a execução de medidas estratégicas da empresa.

Falamos, por exemplo, do momento de incerteza que pairou sobre o sector dos resíduos, associado à revisão do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).

Como se sabe, o modelo de operacionalização deste Sistema apenas foi definido em Novembro de 2016, com a publicação das novas licenças das entidades gestoras dos resíduos de embalagem.

No entanto, o arranque do funcionamento do SIGRE no novo modelo de gestão em regime de concorrência arrastou-se durante vários meses, o que criou forte instabilidade aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) em geral e à TRATOLIXO em particular, no que diz respeito à retoma de materiais de embalagem.

Também a publicação de Especificações Técnicas (ET) – que definem os critérios de retoma dos diferentes materiais – para os materiais de recolha indiferenciada bem como de recolha selectiva foi somente efectuada em Fevereiro de 2017, o que viria a condicionar quer a definição estratégica da TRATOLIXO e o avanço na implementação de medidas previstas no seu PAPERSU, quer os proveitos da actividade.

A elaboração de peças concursais relativas à construção da nova Central de Tratamento Mecânico (TM) para o processamento integral dos resíduos indiferenciados de

Trajouce – medida fundamental para o Sistema AMTRES cumprir as metas do PERSU 2020 – foi condicionada pela impossibilidade de definir características técnicas da unidade, que deverá produzir os materiais em conformidade com as referidas ET.

Adicionalmente, as ET publicadas relativas aos materiais de recolha indiferenciada não contemplavam os plásticos mistos – um material com um elevado peso na composição dos resíduos de embalagem de plástico – e limitavam a produção de fardos à fracção embalagem, facto que condicionou os proveitos da empresa.

Além de tudo isto, o atraso na publicação do documento relativo às ET condicionou também a estimativa de proveitos necessária à elaboração de estudo de viabilidade financeira obrigatório para que esta medida pudesse ser submetida a financiamento comunitário do POSEUR.

Resolvidas estas questões pendentes, aguardamos agora a abertura de avisos por parte do POSEUR, já que dado o montante de investimento em causa (cerca de 25 M€) e o decréscimo de proveitos decorrente da alteração dos Valores de Contrapartida (VC) – publicados no Despacho n.º 14202-C/2016 de 25 de Novembro – e das ET dos resíduos de embalagem oriundos de recolha indiferenciada, a viabilidade de execução desta operação está dependente do seu financiamento por fundos comunitários.

Contudo, desde 2015 que não é publicado novo aviso do POSEUR para infra-estruturas de tratamento de resíduos, o que pode comprometer o cumprimento das metas previstas no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES.

Outra incerteza que marcou o ano de 2017 foi a comunicação, em Maio de 2017, da suspensão – a nível nacional – dos pagamentos de reembolso do POSEUR no âmbito do Aviso POSEUR-11-2015-18, o que dificultou a execução do investimento relativo à construção da nova Central de Triagem de Resíduos de embalagem de Trajouce, situação imprevista que atrasou e prejudicou a execução do nosso PAPERSU quanto às metas intercalares previstas.

Só após o levantamento desta suspensão, no início de Outubro, foi possível efectuar a assinatura do contrato com o consórcio empreiteiro ainda nesse mês, tendo também sido necessário proceder à reprogramação temporal da operação junto do POSEUR, sendo que o Tribunal de Contas emitiu o visto a 6 de Dezembro de 2017.

Também as restrições da Lei de Orçamento de Estado e

de Contratação Pública a que estiveram sujeitos os SGRU e os municípios, foram um forte impedimento para que a TRATOLIXO e os seus municípios pudessem levar a cabo as medidas necessárias ao cumprimento dos respectivos PAPERSU, situação que também compromete as metas estabelecidas para o ano de 2020.

Mas 2017 não deve ser recordado por estas situações de instabilidade e turbulência.

Para além dos importantes passos dados na estratégia da empresa e dos quais já se falou, em termos de actividade, está em curso uma negociação com a EPAL para recepção do efluente proveniente do tratamento secundário da ETAL da Abrunheira, o que permitirá uma redução nos custos que estimamos que possa atingir cerca de 400.000 €/ano.

Foi também lançado, em Outubro de 2017, o concurso para a execução do novo edifício social e de serviços no Ecoparque de Trajouce, Cascais, projecto que irá requalificar o antigo edifício da TRATOSPITAL e irá albergar as diversas actividades que se encontram nos edifícios a demolir na zona de intervenção da nova Central de Triagem de Resíduos de embalagem de Trajouce (Armazém, Oficinas, Balneários, Laboratório e Área de caracterização). Por outro lado, as evidentes melhorias nas condições económico-sociais do País aliadas à crescente expansão do turismo tiveram reflexos na quantidade de resíduos recebidos e tratados nas instalações da empresa.

A produção de energia eléctrica na CDA da Abrunheira continua a ser motivo de orgulho, com resultados que desde sempre estiveram acima do planeado no projecto e que em 2017 não voltaram a desapontar, totalizando cerca de 21 GWh.

Destaque também para um conjunto de projectos que em 2017 foram aprovados e financiados por variadíssimos fundos de financiamento (Fundo Ambiental, Fundo de Eficiência Energética), o que demonstra a credibilidade da empresa em criar e implementar procedimentos e soluções mais adequados aos princípios de serviço público e de eficiência.

Este reconhecimento externo engrandece-nos e motiva-nos para o trabalho que iremos desenvolver no futuro, confiantes na afirmação do nosso papel enquanto empresa de destaque no sector.

No âmbito dos Recursos Humanos, foram desenvolvidas acções de integração de todos os trabalhadores da em-

presa no âmbito dos objectivos da mesma, promovendo iniciativas como o caso “Dia da Família” – dia aberto às famílias dos nossos colaboradores que puderam aproveitar o conhecimento laboral da empresa e sensibilização ambiental quanto à sua actividade.

Igualmente foi realizada a avaliação de desempenho sobre o ano de 2016, implementando práticas importantes no reconhecimento do mérito, independentemente do impedimento legal de atribuição de quaisquer prémios vedados pelo Orçamento de Estado.

O convívio de Natal proporcionou um saudável encontro de todos os colaboradores, accionista e entidades ligadas à cooperação na área da segurança na empresa, tendo ainda estado presentes representantes das autarquias.

Uma nota de referência ao trabalho que na área da sensibilização ambiental foi realizado no ano de 2017 com um forte entrosamento dos agrupamentos escolares dos quatro municípios, com particular dedicação às áreas onde se inserem as infra-estruturas da nossa empresa intermunicipal.

Foi igualmente dada particular atenção às melhorias em processo de desodorização de forma a melhorar a comunicação com as populações nos casos em que tal foi necessário aquando de ocorrências anómalas.

Uma palavra de apreço ao trabalho incansável de todos os colaboradores, corporações de bombeiros e autoridades de Protecção Civil, que de 24 a 26 de Abril se empenharam no combate ao incêndio ocorrido na zona de descarga de resíduos, fruto das condições climatéricas anómalas, como evidenciaram todas as entidades oficiais e cuja execução decorreu de forma exemplar sem quaisquer danos materiais ou pessoais a registar.

Foram mantidos os canais de comunicação internos e externos – *newsletter*, *site* e a realização de uma edição sobre os 28 anos da empresa, não obstante as dificuldades que a empresa ainda tem nesta área.

Nesta fase da vida da empresa será sempre determinante que possam as verbas comunitárias do POSEUR vir a contribuir para a execução dos investimentos ainda programados no nosso PAPERSU no sentido da execução das metas programadas, no âmbito do PERSU 2020, para o nosso Sistema AMTRES e consequentemente para as metas nacionais, matérias que ao longo de 2017, à semelhança de anos anteriores, foram sucessivamente comunicadas à tutela e entidades com poder de decisão.

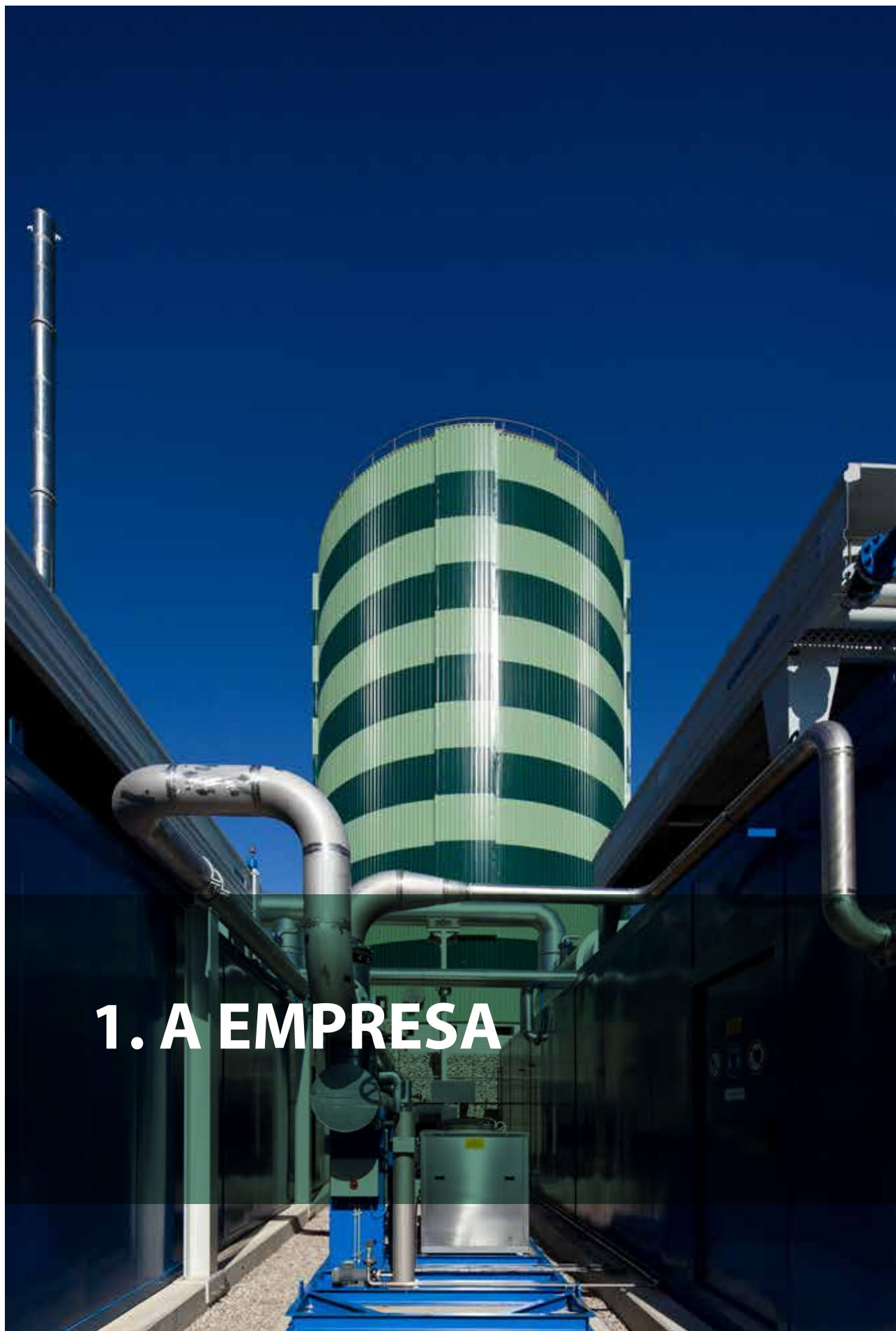
Neste final de mandato, respeitante ao período de 2014 a 2018, a Administração considera ter cumprido os objectivos a que se propôs no início do mandato e para o qual contribuíram os colaboradores desta empresa, com o seu esforço e empenho, e os Accionistas, com a manutenção de um apoio estratégico coerente e fundamental, na construção de uma estratégia equilibrada permitindo uma gestão rigorosa cujos resultados a todos nos orgulham.

A todos uma palavra de apreço e votos de um bom trabalho para a nova Administração, que iniciará mandato em Fevereiro de 2018.

O Presidente do Conselho de Administração



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho
Trajouce, 31 de Janeiro de 2018



1. A EMPRESA

1. A EMPRESA

1.1. A TRATOLIXO EIM, SA

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

A origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e exploração dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária

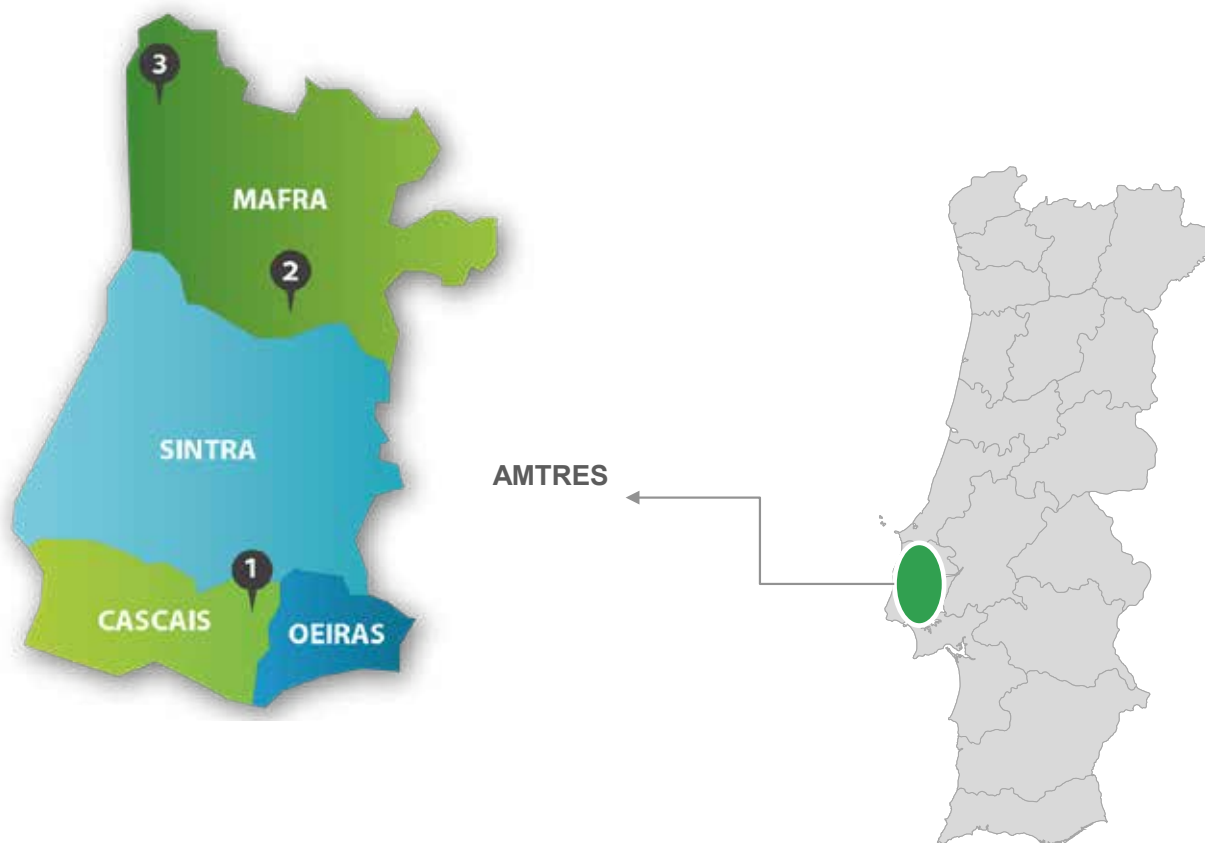
da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO foi constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquire a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

Já em 2004, é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.



A TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km², presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de cerca de 850.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.

	População*	Capitação (kg/hab.dia)**	Produção RU 2017***
Cascais	210 889	1,748	134 883
Mafra	82 581	1,402	42 374
Oeiras	174 249	1,167	74 452
Sintra	383 946	1,213	170 497
Sistema AMTRES	851 665	1,354	422 206

*Estimativa Intercensitária do INE referente ao ano de 2016

**Dados de produção relativos a 2017

***Corresponde à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com cerca de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento.

Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



Mercado geográfico abrangido e localização das infra-estruturas da TRATOLIXO

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela OHSAS 18001: 2007 / NP 4397: 2008 – Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001: 2012 – Sistema de Gestão Ambiental.

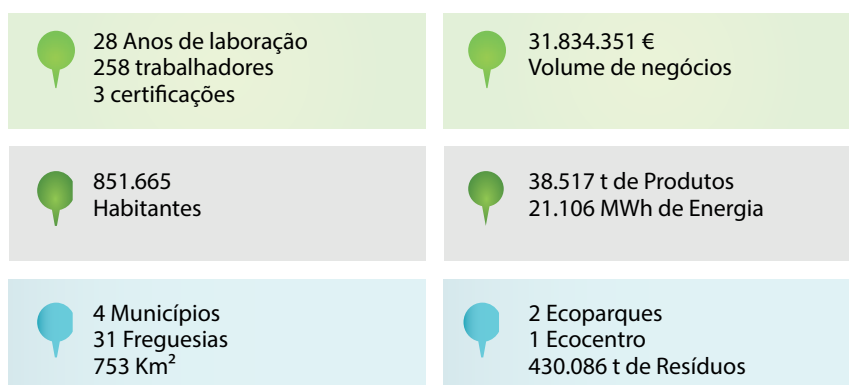
A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar

e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento quer a nível nacional quer a nível internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais – de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – e associada da WBA – World Biogas Association – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA).

1.2. Dimensão da Organização



Dimensão da Organização

1.3. Curriculum vitae dos Administradores



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nasceu em 1963. Desde Fevereiro de 2014 é Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO. Desempenhou funções como Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO.

Foi Administrador Executivo da SANEST - Área Exploração e RH, foi Administrador dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Cascais, Vogal da Direcção da Agência Municipal de Energia - “Agência Cascais Energia”.

Licenciado em Direito na UML . Pós-graduado em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente pela FDL da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Direito do Trabalho pela Universidade Lusíada de Lisboa. Frequentou os Estudos Avançados em Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Sustentável, pela FCT UNL e Gestão Avançada em Recursos Humanos, pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica de Lisboa. Frequentou o curso de Especialização em Finanças Empresariais na FDL.



Ana Isabel Neves Duarte

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nasceu em 1976. É Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO desde Fevereiro de 2014.

Foi Vogal do Conselho de Administração do SMAS de Sintra e Vereadora da Câmara Municipal de Sintra.

É licenciada em Gestão de Empresas no ISLA e pós graduada em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Turismo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e em Direito da Contratação Pública – Direito Internacional e Europeu, Direito Nacional e Concorrência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



António Ricardo Henriques da Costa Barros

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nasceu em 1971. É Vereador da Câmara Municipal de Oeiras e Vogal do Conselho de Administração da TRATOLIXO desde Fevereiro de 2014.

Foi Membro do Conselho Directivo da AMTRES - Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, (em representação do Município de Oeiras), Administrador em representação do Município de Oeiras nos SIMAS de Oeiras e Amadora – Serviços Intermunicipais de Água e Saneamento de Oeiras e Amadora. É licenciado em Engenharia de Sistemas Decisionais na COCITE-Cooperativa de Ensino Superior.

1.4. Composição dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

Em 2017, a composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO era a que se apresenta de seguida.

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Mafra

Secretário: José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Vogal: Ana Isabel Neves Duarte

Vogal: António Ricardo Henrique da Costa Barros

Fiscal Único Efectivo

KRESTON & Associados – SROC, Lda., representada por Hélder Palma Veiga, ROC.

Fiscal Único Suplente

João José Lopes da Silva, ROC

A 01 de Fevereiro de 2018 tomaram posse os novos elementos dos órgãos sociais da TRATOLIXO para o quadriénio de 2018 a 2021, que apresentam a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

Conselho de Administração

Presidente: Professora Doutora Susete Maria Martins Dias

Vogal: Dr. João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Vogal: Dr. Joaquim Francisco da Silva Sardinha

Fiscal Único Efectivo

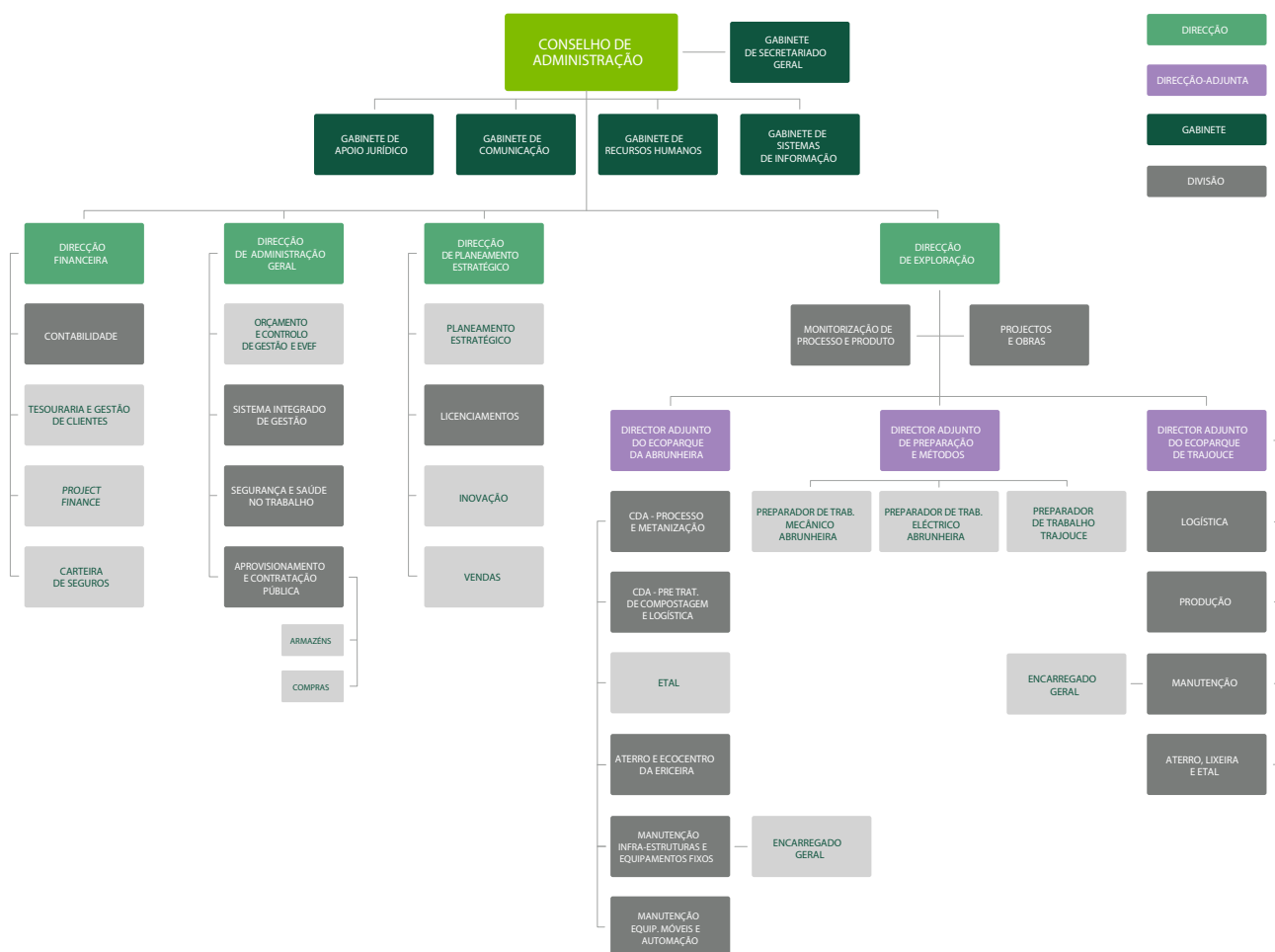
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223

Fiscal Único Suplente

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

1.5 Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte actualizado em Dezembro de 2016:





2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES E EM CONSTRUÇÃO



2. INFRA-ESTRUTURAS EXISTENTES E EM CONSTRUÇÃO

De modo a realizar adequadamente e sob os princípios da sustentabilidade a gestão dos resíduos produzidos na sua área de intervenção, a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade em várias instalações de recepção e tratamento de resíduos que se distribuem por dois Ecoparques e um Ecocentro.

2.1. Ecoparque da Abrunheira

O Ecoparque da Abrunheira está localizado no município de Mafra, freguesia de S. Miguel de Alcainça. Este Ecoparque é constituído por uma Central de Digestão Anaeróbia (CDA), um Ecocentro, uma Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL) e Células de Confinamento Técnico (CCT), tendo à sua disposição a mais recente tecnologia existente no domínio do tratamento de resíduos urbanos. A CDA e a ETAL foram co-financiadas pelo Fundo de Coesão.

2.1.1. Central de Digestão Anaeróbia (CDA)

A CDA da Abrunheira é uma unidade de tratamento de resíduos urbanos que recorre ao processo de digestão anaeróbia.

Neste processo, parte da matéria biodegradável é transformada em biogás – gás essencialmente constituído por metano, que é um gás combustível – e numa lama digerida. O gás é aproveitado e transformado em energia eléctrica, sendo posteriormente injectada na Rede Eléctrica Nacional (REN). A lama digerida é

estabilizada por compostagem, dando origem a composto que pode ser utilizado em culturas agrícolas arbóreas e arbustivas.

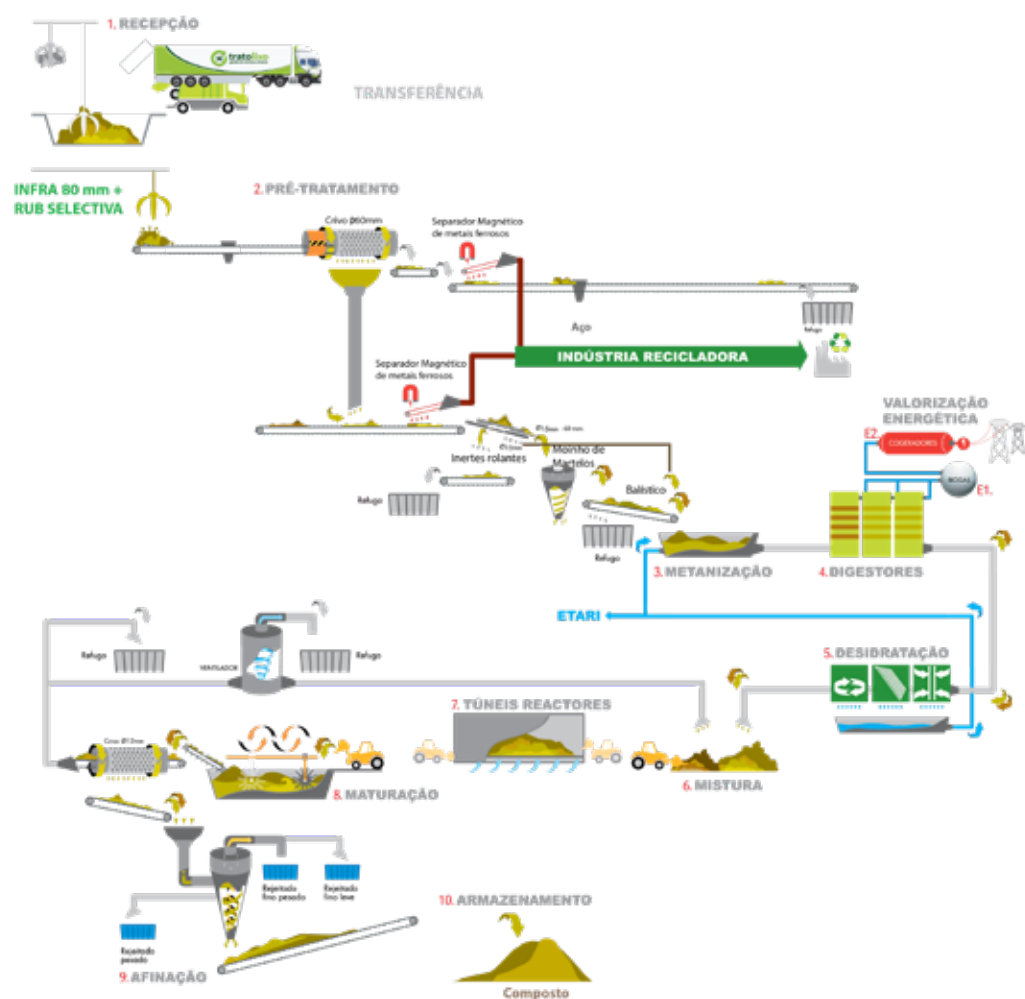
Tendo sido construída com financiamento do Fundo de Coesão, foi feita a recepção definitiva da empreitada em Dezembro de 2017.

Esta unidade tem uma capacidade de tratamento biológico por digestão anaeróbia de 75.000 t/ano sendo, à data, a maior do género no país.





O seu funcionamento resume-se esquematicamente na figura seguinte.



2.1.2. Células de Confinamento Técnico (CCT)

Após 14 anos dependente do exterior para proporcionar um destino final adequado aos refugos dos seus processos de tratamento, em Março de 2017 entraram finalmente em

exploração as novas células de confinamento técnico (CCT) na Abruñeira.

As CCT são constituídas por três células de confinamento técnico de

apoio ao Sistema AMTRES, ocupando uma área total de cerca de 11 ha.

Esta infra-estrutura permite, assim, garantir a sustentabilidade do Sistema AMTRES, com a redução dos custos associados ao tratamento, transporte e deposição final dos resíduos produzidos na área de intervenção da empresa.



8.671 t DE COMPOSTO

21,1 GWh DE ENERGIA ELÉCTRICA

20.838 t DE RESÍDUOS
DE EMBALAGEM ENVIADOS
PARA RECICLAGEM

177.184 t DE RESÍDUOS ENVIADOS
PARA OUTROS DESTINOS

CCT da Abrunheira
em exploração



2.1.3. Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL)

A ETAL da Abrunheira é uma infra-estrutura co-financiada pelo Fundo de Coesão que permite a depuração das águas residuais provenientes das várias infra-estruturas e instalações de apoio existentes neste Ecoparque.

Esta infra-estrutura foi projectada para o tratamento de águas residuais com elevada carga poluente, o que exige um sistema de tratamento complexo e inovador, com recorrência a tecnologias de última geração que permitem o tratamento eficaz dos efluentes de modo a garantir níveis de qualidade que possibilitem a sua reutilização integral no circuito industrial.

O processo de tratamento da ETAL está organizado em 3 fases de tratamento distintas.

A fase de Tratamento Primário é composta por um processo de remoção de sólidos grosseiros, através dos processos de Gradagem Manual de Sólidos, Tamisação – separação mecânica de sólidos – e Homogeneização e Equalização – estabilização de caudais afluentes à ETAL.

A fase de Tratamento Secundário é constituída pelo tratamento biológico e pela ultrafiltração (MBR) que permite a diminuição da carga de nutrientes e estabilização das substâncias biodegradáveis presentes no efluente a uma dimensão inferior a 0,1 micron, equivalente ao

tamanho de bactérias e vírus, garantindo um efluente isento de microrganismos patogénicos.

Esta fase é composta por uma etapa anóxica – Desnitrificação – uma etapa aeróbia – Nitrificação – e uma etapa de separação de fases – MBR (Membrana de micro filtração).

Por último, a fase de Tratamento Terciário, onde é efectuada a afinação, através de um processo de microfiltração (osmose inversa) do efluente de modo a que o mesmo possa ser reutilizado internamente no processo produtivo e em lavagens, retirando-lhe todos os sais minerais e metais que a mesma ainda possa conter, transformando-a assim numa água desmineralizada.

Durante as várias fases de tratamento, a carga poluente do efluente vai diminuindo significativamente, com percentagens de remoção de carga orgânica/inerte. Em 2017 foi concluída a montagem e instalação dos equipamentos referentes ao novo sistema de desodorização por lavagem química, o qual permitirá a minimização de impactes ambientais a nível de odores ligados ao funcionamento desta infra-estrutura, junto da área envolvente.

Reactores biológicos da ETAL da Abrunheira.



Entrada em funcionamento na presença do Presidente da CMM e demais representantes

2.1.4. Ecocentro da Abrunheira

Este Ecocentro ocupa uma área de 3.800 m² e entrou em exploração em Setembro de 2017, tornando-se o segundo Ecocentro da empresa a funcionar com receção ao público.

Neste ecocentro poderão ser recepcionadas tipologias de resíduos tão diversas tais como REEE's, madeiras e paletes, metais (sucatas), mobílias e outros monstros, óleos alimentares usados e minerais, roupas usadas, papel e cartão, pilhas e acumuladores, plásticos rígidos, embalagens de plástico, metal e ECAL, pneus, "esferovite" (EPS), Resíduos de Construção e Demolição (RCD's), resíduos de jardins e parques, materiais contaminados, vidro de embalagem e não embalagem.



Descarga do Ecocentro da Abrunheira.



2.2. Ecoparque de Trajouce

Geograficamente, o Ecoparque de Trajouce está localizado no município de Cascais, freguesia de S. Domingos de Rana.

Com uma área de 42,6 ha, é constituído pela Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS), por uma Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem, uma Central de Triagem

de Papel/Cartão, pelo Ecocentro, pela Central de Valorização Energética do Biogás do Aterro Sanitário de Trajouce (CVEBAT) e pela Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).

2.2.1. Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS)

A CITRS é uma unidade de tratamento mecânico (TM) com uma capacidade nominal de recepção de 150.000 t/ano de resíduos indiferenciados e uma capacidade de tratamento de 500 t/dia.

Em funcionamento desde 1991, apresentava ainda uma capacidade de tratamento biológico de 60.000 t/ano com recurso a dois parques de compostagem, correspondentes ao Tratamento Biológico (TB). No entanto, este processo foi desactivado em Dezembro de 2012.

Os resíduos indiferenciados recepcionados nesta unidade são, assim, encaminhados para Tratamento Mecânico (TM) onde são sujeitos a um pré-tratamento em crivos rotativos de malha de 120 mm, a uma triagem manual da fracção superior a 120 mm – onde se recupera papel/cartão, vários tipos de plástico e alumínio – a uma separação magnética da fracção inferior a 120 mm (onde se processa a recuperação do aço) e a uma separação mecânica do restante material num segundo conjunto de crivos

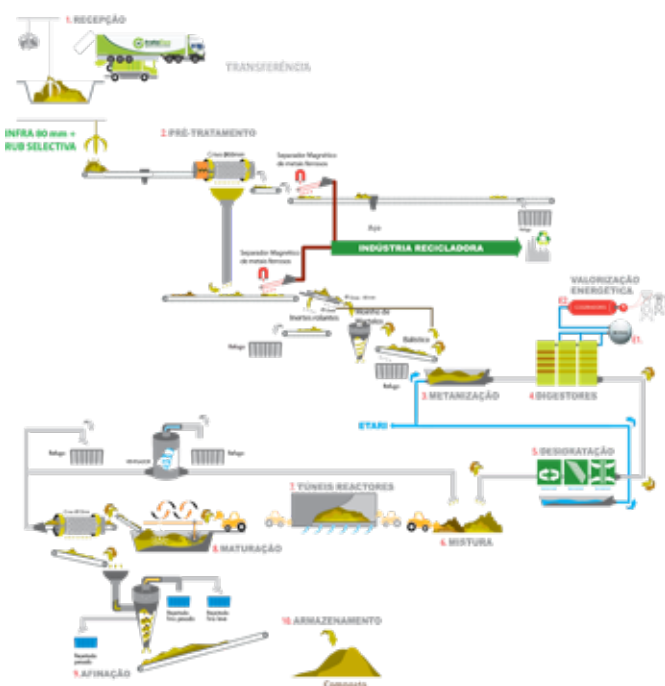
de malha de 80 mm.

Os resíduos com granulometria inferior a 80 mm – a fracção orgânica dos resíduos indiferenciados – são transferidos para tratamento biológico na CDA da Abrunheira.

Os resíduos que não são recuperados na triagem manual bem como a fracção não passante da crivagem a 80 mm, constitui o refugo do pré-tratamento e é encaminhado para destino final.

Pode resumir-se o funcionamento operacional desta unidade conforme consta na página seguinte.

Dada a sua obsolescência e incapacidade de recepção e tratamento de resíduos, aguarda-se a abertura de avisos do POSEUR para a construção de uma nova Central de Tratamento Mecânico (TM) para o processamento integral dos resíduos indiferenciados, com Unidade de Produção de CDR em Trajouce, medida já prevista no PAPERSU da TRATOLIXO aprovado pela APA.



Esquema do funcionamento operacional da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos

2.2.2. Estação de Transferência de RU e Resíduos de Embalagem

Esta Estação de Transferência é composta por várias valências: recepção de resíduos indiferenciados e resíduos de embalagem (RE).

Relativamente aos RE, uma vez que a capacidade de processamento da antiga Estação de Triagem do Ecoparque de Trajouce se encontrava muito aquém das necessidades do Sistema, o processamento das embalagens da recolha selectiva provenientes do ecoponto amarelo – embalagens de plástico, metal e ECAL – passou a ser efectuado externamente.

No entanto, para dar cumprimento aos objectivos previstos no PERSU 2020 para o Sistema AMTRES e de modo a garantir a independência da TRATOLIXO face ao exterior para o processamento desta tipologia de resíduos, será construída uma nova Central de Triagem (CT) de RE no Ecoparque de Trajouce, co-financiada pelo POSEUR.

O contrato relativo à “Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce” foi assinado em Outubro – o qual foi sujeito a Visto do Tribunal de Contas, concedido em Dezembro de 2017.

Até a entrada em funcionamento da nova CT, estas embalagens são recebidas, armazenadas e posteriormente transportadas até aos Centros de Triagem externos – entidades contratualizadas desde Julho de 2008 para o seu processamento – conforme esquema da página seguinte.

Por sua vez, o vidro proveniente da recolha selectiva é descarregado no cais de vidro, que funciona como ponto de armazenamento temporário e carga, com vista ao encaminhamento deste material para a indústria recicladora

Quanto aos resíduos indiferenciados, parte dos mesmos são descarregados na Estação de Transferência e enviados directamente para destinos externos ao Sistema.

2.2.3. Central de Triagem de Papel/ Cartão

Esta infra-estrutura, que será requalificada e modernizada no âmbito da construção da nova CT de Trajouce, possui actualmente uma linha de triagem

onde é efectuada uma triagem negativa manual do papel/cartão proveniente de recolha selectiva.

Neste processo são retirados manualmente os resíduos contaminantes existentes no material recebido e do material sobranço fazem-se fardos mistos de papel/cartão, que são posteriormente encaminhados para reciclagem.

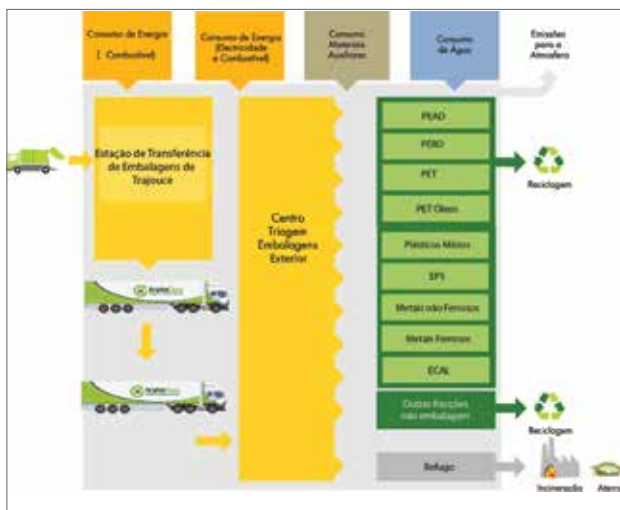
2.2.4. Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce

Nos edifícios afectos à zona de intervenção da empreitada da nova CT de Trajouce – que serão demolidos – encontram-se actualmente diversas actividades de apoio, nomeadamente Armazém, Oficinas, Balneários, Laboratório e uma Área de caracterização, que carecem de uma realocização.

Por outro lado, com a entrada em funcionamento da nova CT, a TRATOLIXO terá de contratar novos colaboradores para a triagem, pelo que as condições actuais das áreas sociais são claramente insuficientes. Atendendo à existência de um edifício no Ecoparque de Trajouce que se encontra desocupado – o edifício da antiga TRATOSPITAL, desactivada em 2009 e que se encontra estruturalmente em boas condições – a TRATOLIXO optou pela requalificação e adaptação deste edifício para albergar as novas zonas sociais e de serviços.

Esta opção, para além dos benefícios económicos, traz claros benefícios ambientais, quer pelo menor uso de recursos naturais numa requalificação face à demolição e construção de um novo edifício, bem como pela preocupação relativamente à sustentabilidade e à eficiência energética que se pretende com a requalificação objecto desta empreitada.

O procedimento concursal relativo à “Empreitada de Requalificação do Novo Edifício Social e de Serviços do Ecoparque de Trajouce” foi lançado em Outubro de 2017.



Representação esquemática do funcionamento da triagem de embalagens de plástico, metal e ECAL



Representação esquemática do cais do vidro



Representação esquemática do funcionamento da linha de triagem de papel/cartão de Trajouce.



Enfardamento do papel/cartão após triagem.

2.2.5. Ecocentro de Trajouce

O Ecocentro de Trajouce recebe, armazena e acondiciona temporariamente diversos tipos de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza.

Os monstros são recebidos e sujeitos a triagem. Os resíduos com potencial de reciclagem e recuperação são segregados e valorizados de acordo com o fluxo ou fileira a que pertencem.

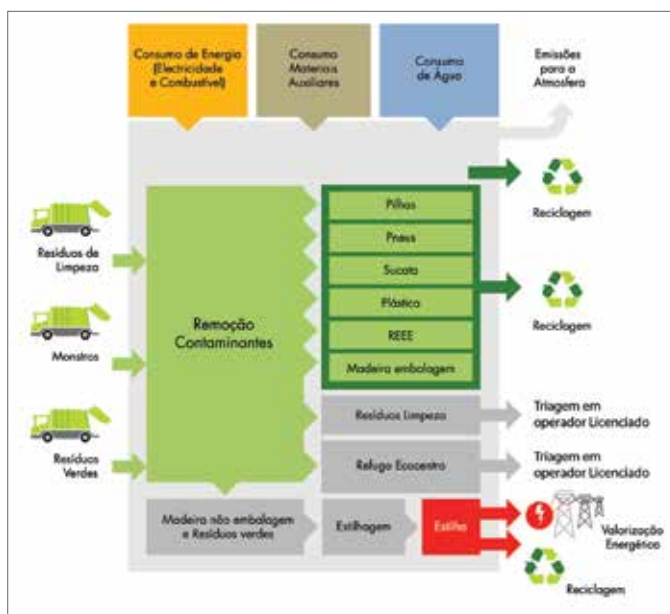
Quanto aos resíduos verdes, procede-se à trituração dos resíduos lenhosos através de uma máquina destruidora. O produto final, a estilha, é encaminhada para compostagem na CDA e para valorização externa e os materiais rejeitados são encaminhados para

valorização numa entidade externa.

Dos resíduos de limpeza são recuperadas algumas ramagens com potencial de valorização enquanto biomassa. A fracção restante é enviada para valorização numa entidade externa.

Para além da recepção dos resíduos já enunciados, o Ecocentro de Trajouce é um ponto acreditado de entrega de pneus usados e um centro de recepção de REEE's, recebendo ainda madeiras de embalagem e não embalagem, metais ferrosos, plásticos rígidos e pilhas e acumuladores.

Apresenta-se no esquema seguinte o funcionamento operacional do Ecocentro de Trajouce.



Representação esquemática do funcionamento da linha de triagem de papel/cartão de Trajouce.

2.3. Ecocentro da Ericeira

O Ecocentro da Ericeira está localizado na freguesia da Ericeira, concelho de Mafra e tem uma área de implantação de 0,3 ha.

Esta foi a primeira infra-estrutura de recepção de resíduos da TRATOLIXO aberta ao público em geral, encontrando-se em funcionamento desde Julho de 2007.

Nesta infra-estrutura é permitido que os munícipes realizem a deposição selectiva de diversas tipologias de resíduos valorizáveis que, pelas suas características ou dimensões, não podem ser depositados nos ecopontos.

São admissíveis neste ecocentro REEE's; madeiras e paletes; sucatas; móveis e outros monstros; óleos alimentares usados e minerais; roupas usadas; papel e cartão; pilhas e acumuladores; plásticos; embalagens de plástico, metal e ECAL; pneus; "esferovite" (EPS); RCD's; resíduos de jardins e parques; materiais contaminados; vidro de embalagem e não embalagem.





3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2017



3 ACTIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2017

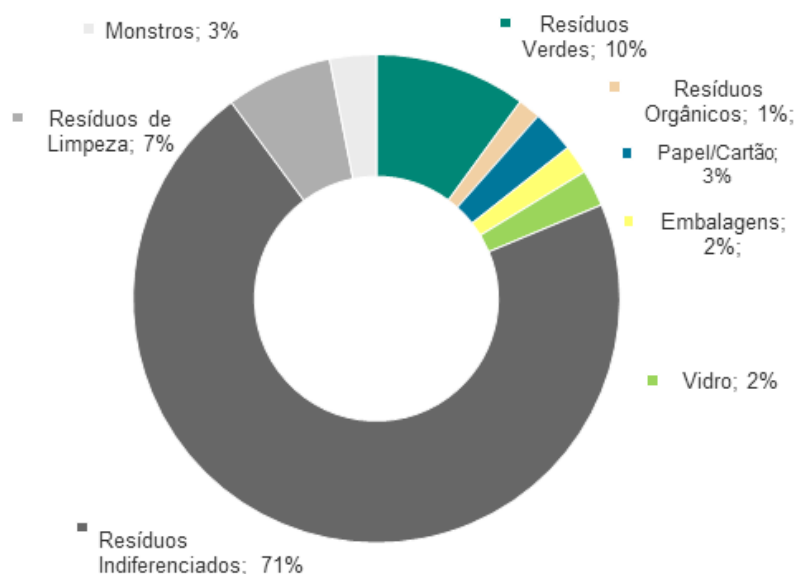
3.1. Recepção de Resíduos

A composição dos resíduos recebidos nas instalações da TRATOLIXO inclui uma multiplicidade de tipologias de resíduos, na qual os resíduos indiferenciados representaram, em 2017, 71% do total de resíduos recebidos.

No âmbito desta caracterização há ainda a destacar a contribuição dos resíduos verdes, com uma distri-

buição de 10% face ao total.

Por outro lado, a recolha selectiva multimaterial – que inclui o vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL – no ano de 2017 representou apenas 7% do total das recolhas efectuadas no Sistema.





Em termos quantitativos, o volume da actividade da empresa durante o ano de 2017 atingiu um total de 430.086 t de resíduos provenientes dos seus municípios e de particulares, resultado que repre-

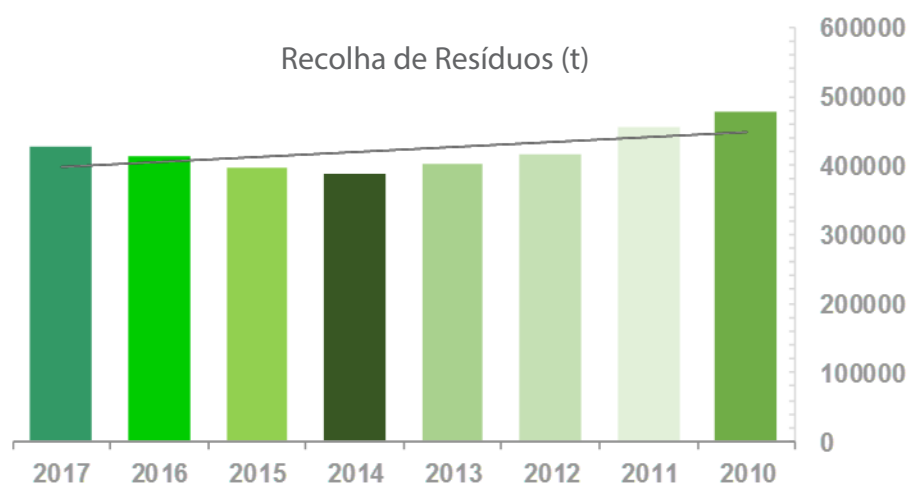
senta um acréscimo de +3,4% e +14.171 t face ao ano de 2016, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Resíduos recebidos no SISTEMA (t)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ2016/2017
TOTAL DE RESÍDUOS	477 826	456 139	416 529	403 830	390 478	398 882	415 916	430 086	3,4%
Cascais	147 907	146 606	135 697	134 119	120 045	128 625	133 676	134 883	0,9%
Mafra	42 237	40 325	37 840	36 044	37 580	37 757	39 955	42 374	6,1%
Oeiras	82 888	80 169	72 781	70 199	71 192	72 935	75 870	74 452	-1,9%
Sintra	200 077	185 369	167 971	162 019	157 629	156 726	162 197	170 497	5,1%
Particulares	4 718	3 671	2 240	1 448	4 032	2 839	4 218	7 880	86,8%

Encontra-se devidamente demonstrada a ligação entre a variação do PIB e a produção de resíduos. Tendo em consideração os dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística (INE), no ano de 2017 atingiu-se um resultado positivo relativo ao PIB pela 5ª vez consecutiva, sendo esse resultado o melhor dos últimos 10 anos. É também inequívoco o crescimento do turismo no

País. Com base em estatísticas provisórias do INE, registou-se no ano de 2017 um aumento de 8% no número de dormidas em Portugal Continental face ao ano de 2016.

Assume-se que o impacte destes indicadores nos padrões de consumo justifiquem o incremento na produção de resíduos que está patente no gráfico seguinte.



Numa análise detalhada por tipologia de resíduos verifica-se que, com excepção dos resíduos verdes e do papel/cartão, todos os restantes resíduos registaram, face ao ano anterior, um aumento nos quantitativos recolhidos.

Veja-se a evolução ocorrida na recolha selectiva de biorresíduos, com um aumento de +4,8% (+2.285 t) face 2016, motivada pelo desempenho de +111,9% e +3.395 t nas recolhas de resíduos orgânicos.

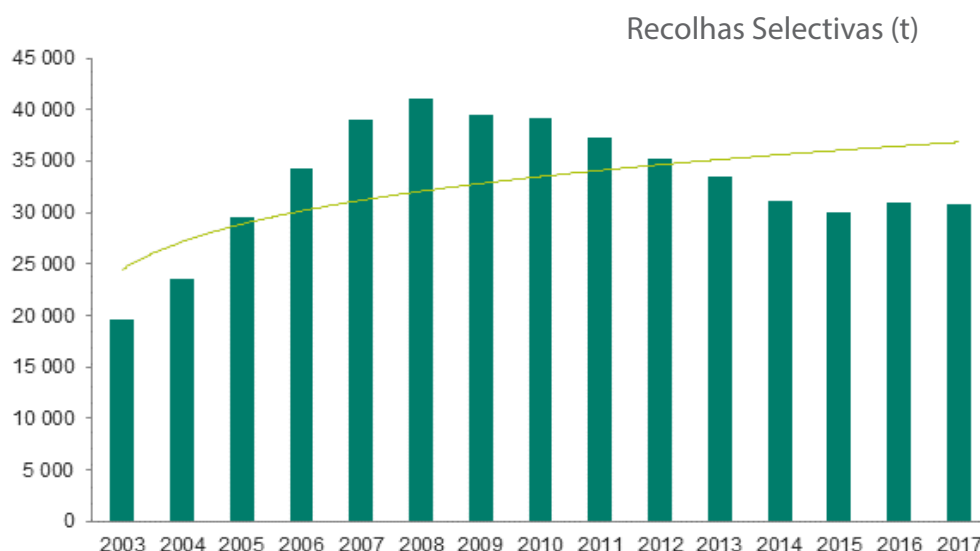
RECOLHAS SELECTIVAS BIORRESÍDUOS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ 2016/2017
RESÍDUOS ORGÂNICOS	1 822	1 938	1 786	2 168	1 242	1 582	3 034	6 429	111,9%
Cascais	1 473	1 595	1 552	1 474	0	41	29	0	-100,0%
Mafra	346	343	222	250	458	453	493	622	26,1%
Oeiras	0	0	12	445	705	752	765	754	-1,5%
Sintra	3	0	0	0	0	0	0	0	0,0%
Particulares	0	0	0	0	78	337	1 746	5 053	189,4%
VERDES	22 780	23 410	24 837	37 283	33 665	43 778	44 391	43 281	-2,5%
Cascais	14 986	17 874	19 564	22 547	16 007	23 276	24 254	24 359	0,4%
Mafra	1 973	2 163	1 832	1 428	2 016	2 237	2 245	2 431	8,3%
Oeiras	466	551	1 951	3 105	3 351	3 964	3 758	3 294	-12,3%
Sintra	5 280	2 750	1 261	9 910	12 042	13 975	13 951	13 085	-6,2%
Particulares	75	71	230	293	249	326	183	111	-39,1%
TOTAL BIORRESÍDUOS	24 602	25 348	26 623	39 451	34 907	45 361	47 425	49 710	4,8%
Cascais	16 459	19 469	21 116	24 020	16 007	23 317	24 283	24 359	0,3%
Mafra	2 319	2 506	2 054	1 678	2 474	2 690	2 739	3 053	11,5%
Oeiras	466	551	1 963	3 550	4 057	4 716	4 524	4 049	-10,5%
Sintra	5 282	2 750	1 261	9 910	12 042	13 975	13 951	13 085	-6,2%
Particulares	75	71	230	293	327	663	1 929	5194	167,7%

Para o resultado obtido nos resíduos orgânicos foi determinante o contributo de +189,4% (+3.306 t) associado às entregas de resíduos por entidades particulares na CDA da Abrunheira, fruto dos protocolos existentes entre a TRA-TOLIXO e as entidades em causa.

No caso específico das recolhas selectivas multimaterial (RSM) de vidro, papel/cartão e embalagens de plástico, metal e ECAL, registou-se em 2017 um ligeiro decréscimo de -0,2% (-62 t) face ao ano anterior, o que ficou a dever-se à redução de -3,4% (-428 t) verificada no papel/cartão.

RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ 2016/2017
EMBALAGENS PLÁSTICO, METAL E ECAL	8 074	8 223	8 167	8 467	7 848	7 595	7 965	8 238	3,4%
Cascais	2 217	2 311	2 397	2 442	2 177	2 182	2 281	2 476	8,5%
Mafra	704	686	680	673	681	657	682	735	7,7%
Oeiras	1 957	1 918	1 812	1 937	1 835	1 826	1 894	2 003	5,8%
Sintra	3 191	3 301	3 241	3 322	3 071	2 871	3 086	2 990	-3,1%
Particulares	5	7	37	93	83	59	22	34	57,9%
VIDRO (t)	11 040	10 854	10 937	10 663	10 352	10 269	10 356	10 449	0,9%
Cascais	3 214	3 226	3 199	3 143	3 016	3 127	3 180	3 309	4,1%
Mafra	1 224	1 269	1 205	1 139	1 078	1 094	1 096	1 160	5,9%
Oeiras	2 713	2 582	2 411	2 319	2 219	2 181	2 255	2 274	0,8%
Sintra	3 889	3 776	4 123	4 059	4 039	3 864	3 826	3 700	-3,3%
Particulares	1	0	0	2	1	3	0	6	+100,0%
PAPEL e CARTÃO	20 070	18 235	16 051	14 339	12 930	12 166	12 614	12 185	-3,4%
Cascais	5 193	5 057	4 717	4 425	4 099	4 016	4 167	3 797	-8,9%
Mafra	1 615	1 457	1 181	1 102	1 120	1 099	1 200	1 230	2,5%
Oeiras	5 692	4 947	4 309	3 886	3 600	3 403	3 299	3 442	4,3%
Sintra	7 487	6 748	5 842	4 921	4 093	3 642	3 946	3 712	-5,9%
Particulares	83	27	2	4	18	6	2	5	163,5%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL	39.184	37.311	35.155	33.469	31.130	30.030	30.934	30 872	-0,2%
Cascais	10.624	10.594	10.313	10.011	9.292	9.325	9.627	9 582	-0,5%
Mafra	3.542	3.412	3.066	2.915	2.879	2.850	2.978	3 126	5,0%
Oeiras	10.362	9.447	8.531	8.142	7.655	7.410	7.447	7 719	3,6%
Sintra	14.567	13.825	13.206	12.302	11.203	10.378	10.858	10 401	-4,2%
Particulares	89	34	40	99	102	68	24	45	90,1%

Quanto aos restantes materiais associados à RSM – vidro e embalagens de plástico, metal e ECAL – registaram-se aumentos de, respectivamente, +0,9% (+93 t) e +3,4 % (+273 t), reforçando a evolução positiva observada desde 2016 e patente no gráfico seguinte.

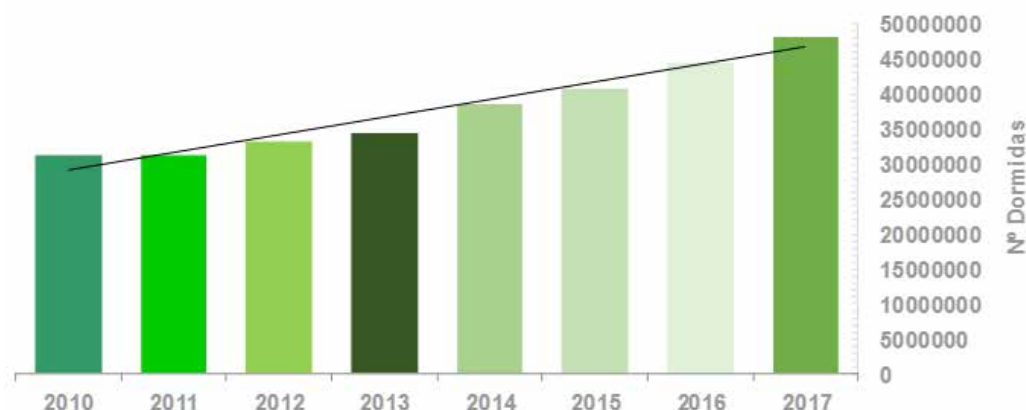


Dada a importância que a RSM tem para o cumprimento de metas e objectivos definidos no PERSU 2020, bem como para o adequado funcionamento das novas infra-estruturas previstas no PAPERSU da TRATOLIXO – nomeadamente da nova Central de Triagem de Embalagens e a nova Central de Tratamento Mecânico (TM) de resíduos indiferenciados de Trajouce – será desenvolvido um conjunto de medidas que incentivem a melhoria dos resultados aqui expostos.

Em 2017, verificou-se igualmente um incremento na produção e recolha de resíduos indiferenciados em +1,9%, ou seja, +5.673 t.

Este é um resultado que denota um maior consumo, o qual teve como causas, tal como referido anteriormente, a melhoria ocorrida na conjuntura económica nacional mas também o facto de se ter vindo a assistir, desde 2010, a um acréscimo no turismo.

Este último factor é comprovado pela evolução francamente positiva do número anual de dormidas em Portugal Continental disponibilizado pelo INE, no qual os resultados provisórios do ano de 2017 reforçam esta tendência com um total de cerca de 48.000.000 dormidas (aproximadamente +3.600.000 dormidas, ou seja, +8% que em 2016), conforme se evidencia no gráfico seguinte.



Como consequência do maior consumo e maior estabilidade económica dos cidadãos, foi também possível verificar um desvio positivo de +3,4% na recepção de monstros, o que significa +2.610 t face ao ano anterior.

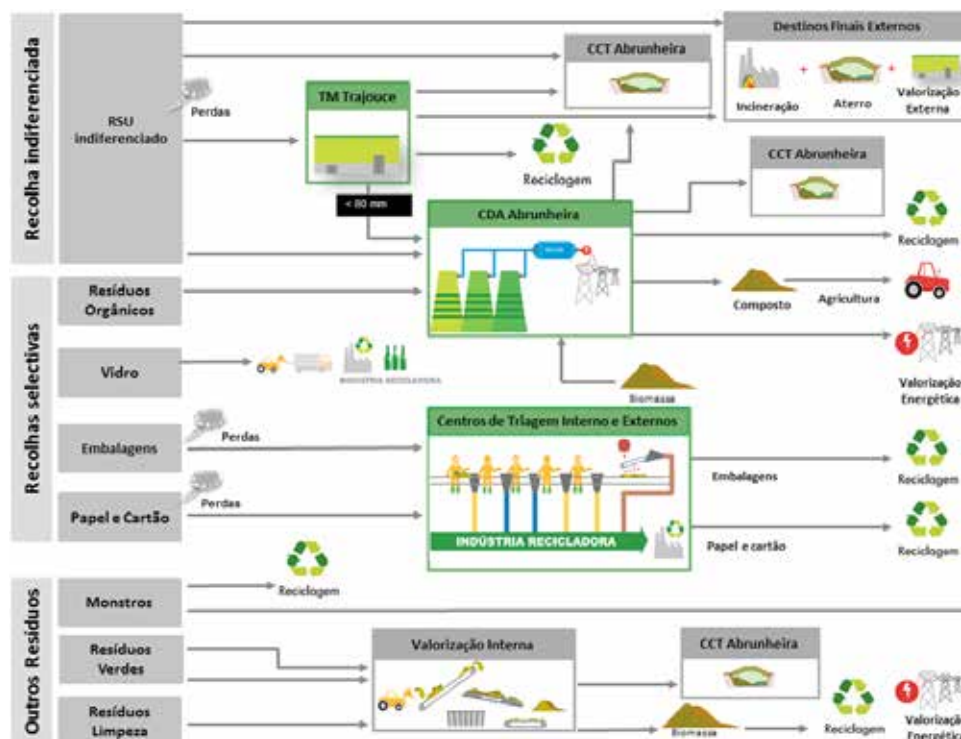
Termina-se esta análise reportando o incremento de +13,7% (+3.665 t) nos resíduos de limpeza.

RESÍDUOS (t)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Δ 2016/2017
RESÍDUOS INDIFERENCIADOS	330 817	317 755	298 427	288 461	294 036	292 136	300 162	305 835	1,9%
Cascais	92 012	89 557	85 524	84 809	84 883	85 116	87 704	89 563	2,1%
Mafra	32 531	31 613	30 419	29 144	29 435	29 498	30 691	31 956	4,1%
Oeiras	62 765	60 120	56 800	54 694	55 635	55 963	57 359	58 017	1,1%
Sintra	140 357	133 946	124 446	119 715	122 007	121 088	124 051	126 030	1,6%
Particulares	3 152	2 520	1 239	100	2 076	470	357	269	-24,7%
RESÍDUOS LIMPEZA	71 443	65 357	47 455	33 173	21 845	22 250	26 744	30 409	13,7%
Cascais	25 536	23 824	16 175	12 903	7 466	8 041	8 778	7 602	-13,4%
Mafra	2 166	1 127	902	1 087	1 472	1 458	1 816	1 852	2,0%
Oeiras	6 422	7 688	3 415	959	2 326	3 123	4 772	2 639	-44,7%
Sintra	36 906	32 433	26 915	18 209	10 562	9 584	11 332	18 306	61,5%
Particulares	414	284	48	15	19	44	46	10	-77,2%
MONSTROS	11 780	10 368	8 869	9 275	8 560	9 105	10 651	13 260	24,5%
Cascais	3 277	3 161	2 569	2 376	2 397	2 826	3 284	3 778	15,0%
Mafra	1 678	1 667	1 399	1 220	1 320	1 261	1 731	2 388	38,0%
Oeiras	2 874	2 363	2 073	2 854	1 520	1 723	1 768	2 029	14,8%
Sintra	2 965	2 415	2 143	1 884	1 814	1 702	2 006	2 674	33,3%
Particulares	987	762	685	941	1 509	1 593	1 863	2 392	28,4%

3.2. Tratamento e Valorização

Os resíduos recebidos na TRATOLIXO são sujeitos, mediante a capacidade das instalações da empresa, aos correspondentes processos de tratamento, dando origem a produtos valorizáveis – que são

comercializados – mas também a rejeitados, devidamente encaminhados para destino final adequado, conforme representação esquemática que se apresenta.



O Ecoparque de Trajouce recebe cerca de 90% dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema AMTRES.

Por uma questão de logística e de optimização processual, estes resíduos são submetidos ao processo de TM existente na CITRS de Trajouce, no qual a fracção infra 80 mm (fracção orgânica) é aqui separada da fracção não orgânica para posteriormente ser encaminhada para a CDA da Abrunheira.

Na CDA da Abrunheira a fracção infra 80 mm é su-

jeita ao processo de TB, de onde resulta composto e energia eléctrica.

Como resultado do processamento de resíduos indiferenciados no TM da CITRS de Trajouce são recuperados vários tipos de materiais recicláveis, que são enfardados e encaminhados para reciclagem. A produção de materiais recicláveis na CITRS relativa a 2017 apresenta os resultados que constam no quadro abaixo.

Recuperação de recicláveis na CITRS com origem na Recolha Indiferenciada (t)	2015	2016	2017	Δ 2016-2017
Filme plástico	1.269,40	926,58	555,84	-40,01%
PEAD	248,12	257,02	169,22	-34,16%
PET	180,44	163,74	166,24	1,53%
Cartão	1.225,30	796,97	695,63	-12,72%
Aço	1.200,48	1 003,02	961,50	-4,14%
Alumínio	17,72	15,63	49,89	219,17%
Outros	95,80	0,00	10,62	+100,00%
TOTAL	4.237,26	3 162,96	2 608,95	-17,52%



Verifica-se que ocorreu um desvio negativo de -17,52% (-554,02 t) na recuperação de materiais recicláveis na CITRS face ao ano anterior, o que se justifica pela alteração da composição dos fardos em consequência da publicação das novas ET – eram efectuados fardos mistos para os materiais triados (fracção embalagem e não embalagem) e perante os requisitos das novas ET passaram a ser feitos, para alguns materiais, fardos constituídos apenas por material da fracção embalagem, o que reduziu fortemente a quantidade de material recuperado. Por sua vez, e apesar da CDA da Abrunheira apenas receber a fracção orgânica oriunda da recolha selectiva, fracção infra 80 mm proveniente do processo de TM da CITRS de Trajouce e estilha, é ainda possível recuperar alguns materiais recicláveis nesta instalação.

Assim, no ano de 2017 foram triadas 171,9 t de aço e 73,1 t de alumínio, que no total representam um acréscimo de +9,91% face ao ano anterior.

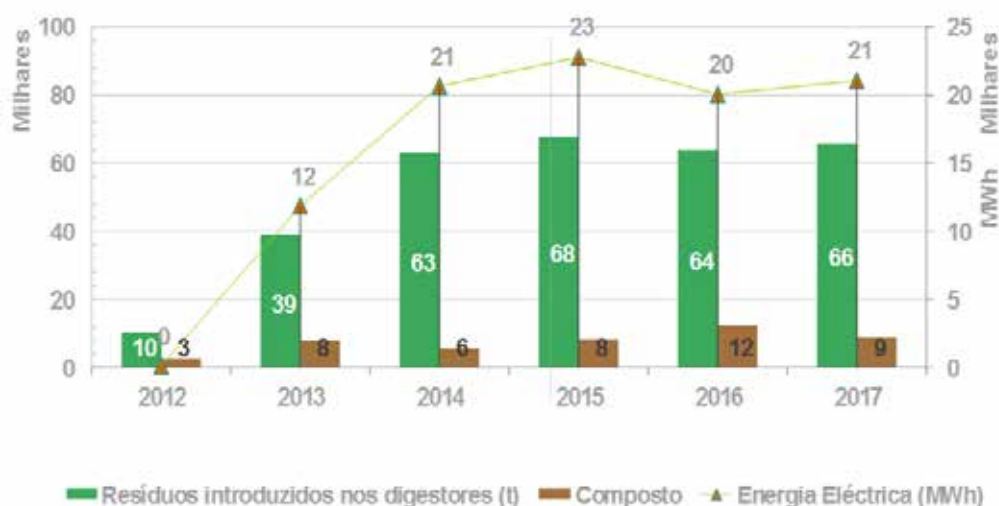
A CDA recebeu em 2017 um total de 68.696,37 t de fracção infra 80 mm separada no TM de Trajouce, o que equivale a -0,93% e -647,85 t recebidas em 2016.

Contudo, em termos de introdução de resíduos nos biodigestores, durante o ano de 2017 foram introduzidas um total de 65.723,30 t de resíduos (+2,93% e +1.869,80 t que em 2016), situação que ficou a dever-se à incorporação de mais RUB de recolha selectiva (+111,88%) e que permitiu, deste modo, otimizar a etapa de digestão anaeróbia.

Em resultado do processo de tratamento biológico obteve-se a produção de 8.670,89 t de composto, quantitativo inferior ao ano anterior em -29,55% (-3.636,13 t) que se deve à redução da malha dos crivos da afinação, efectuada para melhorar qualitativamente este produto em termos de contaminantes antropogénicos (plásticos, etc.).

No ano anterior tinha sido aumentada a malha dos crivos, o que tinha possibilitado o incremento quantitativo na produção de composto embora com resultados qualitativos menos favoráveis, pelo que se reduziu a malha destes equipamentos.

A energia eléctrica produzida e vendida à rede em 2017 totalizou 21.105,50 MWh, valor muito acima do previsto em projecto e superior ao obtido em 2016 em +5,31%, devendo-se ao maior quantitativo de resíduos introduzidos nos biodigestores.





No respeitante à actividade desenvolvida no Ecocentro de Trajouce, os materiais potencialmente valorizáveis que provêm dos resíduos verdes, resíduos de limpeza e monstros são segregados nesta instalação e encaminhados para destino final adequado, consoante a sua tipologia.

A estilha era o produto com maior peso na recuperação e/ou produção de materiais valorizáveis deste Ecocentro.

Com a entrada em vigor da legislação relativa ao Regime de Emissões Industriais (REI), a TRATOLIXO deixou, em Julho de 2015, de produzir estilha para

valorização energética, limitando-se à produção de estilha para valorização orgânica na CDA da Abruñeira, sendo que os restantes resíduos verdes foram encaminhados para valorização numa entidade externa, com todos os inconvenientes ambientais e económicos que daí advieram.

Analisando a recuperação de materiais a partir desta infra-estrutura, verifica-se que em 2017 se registou uma diminuição de -5,25% (-308,50 t) face ao ano anterior, cujo maior contributo para tal foi a variação de -9,76% (-528 t) obtida na estilha.

Ecocentro Trajouce (t)	2015	2016	2017	Δ2016-2017
Plásticos rígidos	108,38	107,02	161,44	50,85%
Pilhas	0,00	1,34	1,04	-22,39%
REEE	106,26	63,22	168,23	166,10%
Metais	188,66	234,60	268,53	14,46%
Pneus	39,58	60,42	86,58	43,30%
Estilha	12 264,42	5 408,90	4 880,78	-9,76%
EPS*	3,28	3,32	3,72	12,05%
Total	12 710,58	5 878,82	5 570,32	-5,25%

* Inclui produção do ecocentro da Ericeira

Entretanto, no Ecocentro da Ericeira foram recepcionadas durante o ano de 2017 um total de 1.657,42 t de resíduos, o que representa +15,03% (+216,60 t) face ao ano anterior.

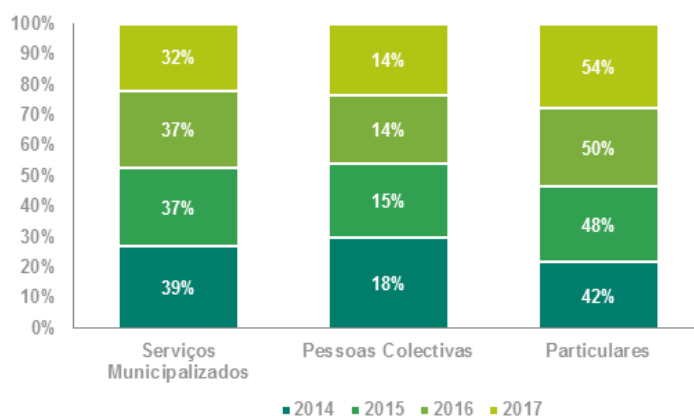
RESÍDUOS RECEBIDOS ECOCENTRO ERICEIRA



Durante o ano de 2017, este Ecocentro registou a entrada de um total de 12.193 utilizadores, ou seja, +25,69% de utilizadores (+2.492 utilizadores) do que o verificado em 2016.

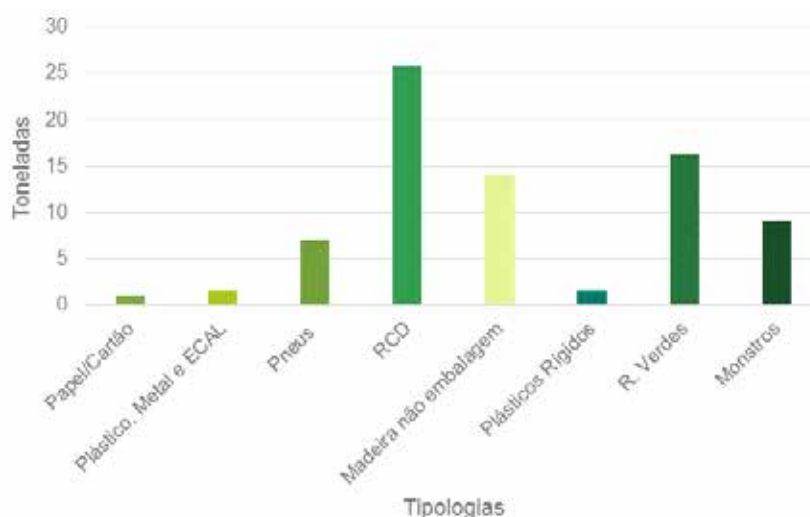
Este aumento deveu-se ao acréscimo verificado

em todas as categorias de utilizadores, sendo que os utilizadores particulares constituíram a maior percentagem (54%) da utilização do Ecocentro da Ericeira, tal como se pode verificar no gráfico seguinte.

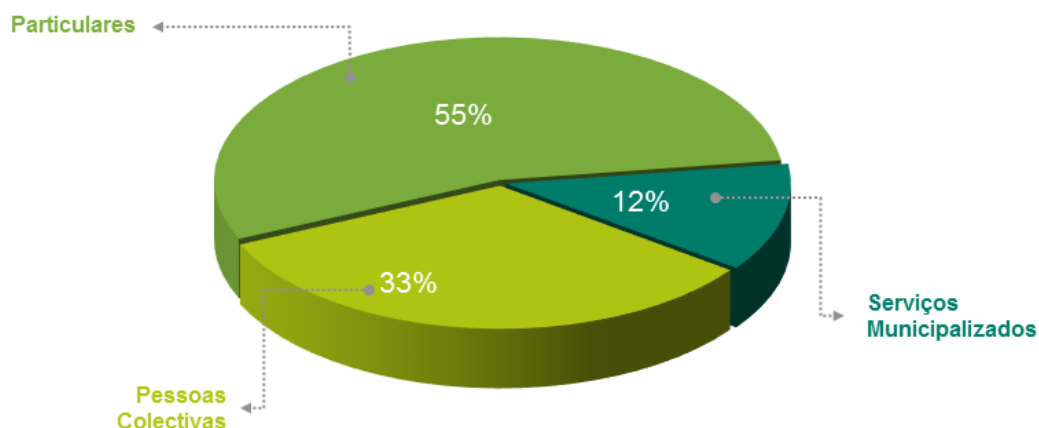


Já o Ecocentro da Abrunheira apenas entrou em funcionamento em Setembro de 2017, pelo que o balanço da actividade desta infra-estrutura resume-se a três meses de operação, com a recepção de 76,32 t de resíduos provenientes de um total de 310 utilizadores.

Das tipologias de resíduos entregues, foram os RCD's que apresentaram maior peso para o quantitativo total de 2017, conforme se constata pela análise do gráfico seguinte.



A utilização desta nova infra-estrutura foi feita maioritariamente por utilizadores particulares, que representaram 55% do total de utilizadores, como é possível verificar no gráfico seguinte.



Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos em todas estas infra-estruturas são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos. No caso dos Resíduos de Embalagem (RE), estes são retomados por entidades gestoras tais como a Socie-

dade Ponto Verde (SPV) ou a Novo Verde.

No que a este fluxo específico diz respeito e considerando apenas as retomas oriundas de recolha selectiva, no ano de 2017 registou-se um aumento de +1% face ao ano anterior (+170 t).

Retomas*	Vidro (t)	Papel cartão (t) **	Plástico (t)	Metal (t)	Madeira (t)	Total (t)
2014	10 074	5 653	4 644	497	0	20 867
2015	10 473	5 729	5 007	429	0	21 637
2016	10 237	5 634	4 342	359	96	20 668
2017	10 491	5 474	4 383	413	78	20 838
Δ 2016-2017	2%	-3%	1%	15%	-19%	1%

* Apenas Recolha Selectiva

** Reporta apenas papel/cartão embalagem e inclui dados referentes às retomas de ECAL

O resultado registado nas retomas deve-se a uma melhoria de eficiência do processo de triagem das embalagens, que se encontra subcontratado a um prestador de serviço até à entrada em funcionamento da nova Central de Triagem de Resíduos de Embalagem de Trajouce.

Para além da reciclagem e por motivos de incapacidade de realizar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no Sistema AMTRES, a TRATOLIXO procede ao envio de resíduos e refugos dos

seus processos para outros operadores de gestão de resíduos externos devidamente licenciados, tais como outra valorização multimaterial, incineração e aterro.

Em termos de encaminhamento de resíduos para destino final externo, em 2017 verificou-se uma redução de -42,75% face ao ano anterior, justificado com a entrada em funcionamento das CCT da Abrunheira.

	2014	2015	2016	2017	Varição
Aterro	35 437,44	44 485,28	59 030,90	8 894,20	-84,93%
Resíduos indiferenciados	20 421,50	8 214,88	9 243,26	0,00	-100,00%
Outros resíduos	380,12	1 842,34	3 222,62	415,78	-87,10%
Rejeitados dos processos	14 635,82	34 428,06	46 565,02	8 478,42	-81,79%
Aterro Inertes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros resíduos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Valorização orgânica	33 003,90	4 407,96	913,82	0,00	-100,00%
Resíduos indiferenciados	11 275,72	2 458,96	0,00	0,00	0,00%
Outros Resíduos	869,04	0,00	722,16	0,00	-100,00%
Rejeitados dos processos	20 859,14	1 949,00	191,66	0,00	-100,00%
Outra Valorização e destinos	82 706,68	86 224,16	87 797,07	44 047,93	-49,83%
Resíduos indiferenciados	8 483,66	16 074,74	29 378,20	8 347,94	-71,58%
Outros resíduos	37 857,72	45 872,60	49 857,85	30 934,33	-37,95%
Rejeitados dos processos	36 365,30	24 276,82	8 561,02	4 765,66	-44,33%
Incineração/Val. Energética	141 687,94	164 557,12	161 771,60	124 241,50	-23,20%
Resíduos indiferenciados	82 298,26	84 591,28	109 471,64	108 797,32	-0,62%
Outros Resíduos	0,00	5 771,18	2 898,74	0,00	-100,00%
Rejeitados dos Processos	59 389,68	74 194,66	49 401,22	15 444,18	-68,74%
Total envios	292 835,96	299 674,52	309 513,39	177. 183,63	-42,75%

Em 2017, o envio de resíduos urbanos directamente para aterros externos totalizou apenas 415,78 t – quantitativo que representa somente 0,10% do total de resíduos que foram recolhidos no Sistema AMTRES – o que evidencia uma forte preocupação da empresa na adopção das melhores práticas ambientais e cumprimento da hierarquia de gestão de resíduos.

Relativamente aos resultados da TRATOLIXO em relação às metas estipuladas no PERSU 2020 para o Sistema, a empresa seguiu a metodologia de cálculo prevista na Decisão 2011/753/UE de 18 de Novembro de 2011.

Os resultados obtidos pela TRATOLIXO para 2017 constam do quadro abaixo.



Refere-se que os dados apresentados não contabilizaram os quantitativos de materiais recicláveis e escórias resultantes do envio de resíduos da TRATOLIXO para as entidades prestadoras de serviços, pelo que os mesmos são provisórios e carecem de validação por parte da APA. Apesar da empresa cumprir as metas intercalares para 2017 no que concerne à deposição de RUB em aterro e à preparação para reutilização e reciclagem, o mesmo não se passa com a meta de retomas

de recolha selectiva.

Uma vez que esta meta está directamente dependente das recolhas selectivas e que esta operação se encontra sob a responsabilidade dos municípios, será desenvolvido e implementado um conjunto de medidas com o objectivo de incentivar esta tipologia de recolha, com destaque para a aposta na sensibilização dos cidadãos.



A TRATOLIXO tem vindo a apostar activamente na sensibilização dos cidadãos



3.3. Missão, Visão e Política Integrada

A TRATOLIXO tem como missão assegurar o tratamento e a valorização dos Resíduos Sólidos Urbanos produzidos nos quatro Municípios integrantes da AMTRES (Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra), tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade.

Tem como visão utilizar as técnicas mais avançadas, seguras e ambientalmente adequadas, no tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, dando especial ênfase à valorização e considerando-os como fonte de potencial matéria-prima.

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

1. Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos

Resíduos Sólidos Urbanos.

2. Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.

3. Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas dos seus colaboradores e clientes e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.

4. Prevenir a poluição e assegurar a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e

entidades externas.

5. Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.

6. Proporcionar aos colaboradores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.

7. Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratos para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.

8. Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.

9. Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.

10. Cumprir os requisitos

legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la.

Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.



Cofinanciado por:



3.4. Planeamento e Estratégia

O Plano de Acção do PERSU 2020 (PAPER-SU) da TRATOLIXO reflecte as intervenções previstas no Novo Modelo Técnico da empresa para o período 2014-2020 e que constituem as medidas estratégicas para a afirmação da TRATOLIXO, enquanto prestadora de um serviço público de qualidade no domínio da gestão de resíduos. O PAPER-SU da TRATOLIXO contempla as medidas a adoptar, identificando-se as mudanças de cariz tecnológico e de gestão que irão ser implementadas, bem como todos os equipamentos e infra-estruturas associados às estratégias a implementar na gestão dos resíduos, dando especial evidência às medidas que, de uma forma concertada com as perspectivas do PERSU 2020, promoverão uma convergência com as metas a atingir. Para a implementação deste Plano, há que garantir a articulação entre todos os intervenientes do Sistema AMTRES. Face às especificidades dos municípios

do Sistema, recai na Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER) – da qual fazem parte representantes dos quatro municípios e da TRATOLIXO – o papel integrador, a quem ficaram atribuídas as tarefas de apoiar na definição de estratégias, harmonizar procedimentos, implementar soluções, racionalizar os meios disponíveis, monitorizar as metas e objectivos do PAPER-SU e propor medidas de coordenação. A execução das medidas previstas no PAPER-SU, devidamente aprovado pela APA e que almeja dar cumprimento às metas e objectivos definidos pelo PERSU 2020 para o Sistema AMTRES, encontra-se de acordo com o planeamento delineado, com excepção da acção relativa à “Construção de uma Central de Tratamento Mecânico (TM) com Unidade de Produção de CDR em Trajouce, para o processamento integral dos resíduos indiferenciados produzidos no Sistema”.

Esta acção está incluída nas medidas previstas no PAPER-SU da TRATOLIXO relativas ao “Aumento da preparação para reutilização, reciclagem e da qualidade de recicláveis” e ao “Incremento da eficácia e capacidade operacional do sistema”.

Face ao montante de investimento em causa para o desenvolvimento desta operação e ao decréscimo de proveitos decorrente da alteração dos Valores de Contrapartida e das Especificações Técnicas dos resíduos de embalagem oriundos de recolha indiferenciada, a viabilidade de execução desta operação está dependente do seu financiamento por fundos comunitários.

No entanto, desde 2015 que não é publicado novo aviso do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) para infra-estruturas de tratamento de resíduos, o que tem vindo a protelar a implementação desta acção de importância fundamental para o cumprimento dos ambiciosos objectivos do Sistema.

Ainda no que diz respeito à medida prevista no PAPERSU associada ao “Aumento da preparação para reutilização, reciclagem e da qualidade de recicláveis”, em Junho de 2017 foi feita a adjudicação da “Empreitada de Concepção, Construção e Fornecimento da Central de Triagem de Trajouce”, a qual é co-financiada pelo POSEUR.

A execução deste investimento foi dificultada pelo facto do POSEUR ter suspenso, a nível nacional, os pagamentos de reembolso no âmbito do Aviso POSEUR-11-2015-18 - “Promoção da reciclagem multimaterial e valorização orgânica de resíduos urbanos”, situação que só viria a ser desbloqueada por este fundo de financiamento no início de Outubro.

Outra medida prevista no PAPERSU da empresa está ligada à “Investigação e Desenvolvimento”, que pretende apostar na criação de uma rede de conhecimento focada na inovação tecnológica e na I&D, promover e estreitar as relações com a Comunidade Científica através da celebração de parcerias e acompanhar e desenvolver novos projectos que permitam potenciar cadeias de valor no domínio dos resíduos e de outros recursos.

E porque a TRATOLIXO procura adoptar as melhores práticas, técnica e financeiramente adequadas para obter impactes positivos na gestão de resíduos e no ambiente, no domínio energético submeteu a financiamento



do Fundo de Eficiência Energética (FEE), ainda em 2016, três candidaturas relativas a projectos e iniciativas a desenvolver na CDA da Abrunheira.

Estas candidaturas, que envolvem iniciativas que se prendem com a implementação de medidas que contribuam para a promoção do aumento da eficiência energética em processos industriais através da implementação de medidas inseridas no Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE), foram aprovadas pelo FEE em Abril de 2017.

Os projectos da TRATOLIXO encontram-se em implementação, estando a ser efectuado o acompanhamento, controlo e gestão das condições e requisitos definidos nos contratos de financiamento assinados entre a empresa e o FEE.

Em 2017 foram igualmente submetidas três candidaturas da empresa a financiamento do Fundo Ambiental.

Dessas três candidaturas, duas foram aprovadas mas apenas uma teve condições de ser efectivamente implementada, a candidatura relativa à “Introdução de Veículos Ligeiros de Baixas Emissões na Frota da TRATOLIXO”.

Com a aprovação formal da candidatura pelo Fundo Ambiental, a TRATOLIXO procedeu à aquisição de duas viaturas ligeiras comerciais 100% eléctricas, encontrando-se as mesmas já ao serviço da empresa.

No âmbito da medida prevista no PAPER-

SU relativa à “Prevenção da produção e perigosidade”, durante o ano de 2017 foi também efectuada a submissão da candidatura do “Plano de Acções de Educação e Sensibilização com vista à Valorização de Resíduos Urbanos do Sistema AMTRES” da TRATOLIXO, para financiamento do PO-SEUR.

Este Plano, que foi preparado em sede de CAPER com os contributos de todos os municípios, compreenderá 9 tipos de acções de educação/sensibilização para diversos públicos-alvo e terá uma duração prevista de execução de 2 anos, foi aprovado pela Autoridade de Gestão do POSEUR já no início de 2018.

Tendo também sido publicado pelo PO-SEUR um aviso relativo à “Promoção de sistemas inovadores que se destinem a aumentar a recolha selectiva de Resíduos Urbanos Valorizáveis”, a TRATOLIXO despoletou junto dos seus municípios a preparação de possíveis candidaturas.

Na sequência deste processo, a empresa preparou os pedidos de parecer prévio à APA consubstanciados nas Memórias Descritivas dos projectos que os municípios de Cascais, Mafra e Sintra poderiam vir a submeter a este aviso.





Central de Digestão da Abrunheira
Ecocentro da Eridceira

3.5. Sistema Integrado de Gestão

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2017 a TRATOLIXO manteve a certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Segurança e Saúde no Trabalho para o Ecoparque de Trajouce, Ecocentro da Ericeira e obteve a extensão do mesmo ao Aterro da Abrunheira, englobando assim todas as instalações do Ecoparque da Abrunheira no âmbito da certificação, com excepção do Ecocentro, que à data da auditoria externa ainda não se encontrava em funcionamento.

No que se refere ao Sistema de Gestão

Ambiental, manteve a certificação na Central de Digestão Anaeróbia e no Ecocentro da Ericeira.

A certificação do Sistema Integrado de Gestão nas unidades da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa na melhoria contínua da qualidade dos seus produtos e do serviço prestado e no seu comprometimento em tomar as medidas preventivas e correctivas para eliminar ou minimizar os Aspectos Ambientais e Riscos Ocupacionais associados à actividade da empresa, que proporcionem um Ambiente de Trabalho Seguro e Saudável para os colaboradores e parceiros externos.

Para o ano de 2018 a TRATOLIXO tem como novo desafio renovar a certificação do seu Sistema Integrado de Gestão e fazer a transição para os novos referenciais normativos: NP EN ISO 9001:2015 e 14001:2015.

3.6. Licenciamentos e Requisitos Legais

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade. Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como

à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Os desenvolvimentos mais relevantes registados em 2017 prenderam-se com a emissão da licença de exploração das CCT da Abrunheira e com a emissão do alvará de operação de gestão de resíduos para a CDA e Ecocentro da Abrunheira.

**1 LICENÇA DE DEPOSIÇÃO
DE RESÍDUOS
(CCT DA ABRUNHEIRA)**

**1 LICENÇA DE OPERAÇÃO
DE GESTÃO DE RESÍDUOS
(CDA E ECOCENTRO
DA ABRUNHEIRA)**

3.7. Monitorização do Processo e Produto

O serviço de Monitorização de Processo e Produto, para além de dar resposta a diversas exigências relacionadas com requisitos legais, também monitoriza a actividade da empresa ao nível do seu desempenho ambiental, desempenho processual e características do produto final, garantindo uma consequente melhoria dos Produtos produzidos.

Assim, torna-se possível à TRATOLIXO introduzir atempadamente as necessárias melhorias para evitar o incumprimento de normativos legais em vigor para a sua actividade, acautelar impactes e atingir os requisitos estabelecidos pelos clientes de produto.

A forma como a empresa põe em prática estes objectivos é através da elaboração e execução anual do seu Plano de Monitorização Ambiental (PMA).

Este documento constitui a base para o desenvolvimento de todos os trabalhos de monitorização ambiental da empresa e define os descritores ambientais – emissões, efluentes e ruído – e os respectivos parâmetros a avaliar. A partir de 2010 foi adicionalmente estendida a monitorização ambiental às lixeiras do Sistema AMTRES.

Também com periodicidade anual, a TRATOLIXO elabora o Plano de Caracterização e Quantificação de Resíduos (PCQR), documento que planifica as actividades de caracterização de diversas tipologias de resíduos produzidos no Sistema AMTRES.

O PCQR permite, assim, conhecer as características físicas dos resíduos que dão entrada nas instalações da TRATOLIXO – que são, no fundo, a matéria-prima base da actividade da empresa – possibilitando, por um lado, o estabelecimento de objectivos quantificados no domínio da gestão dos Resíduos Urbanos (RU) e por outro lado, aferir a sua compatibilidade com os regulamentos internos de admissibilidade de resíduos.

É ainda elaborado anualmente um Plano de Controlo de Qualidade de Processo e Produto Final (PCQPPF), que tem como objectivo monitorizar as várias actividades e processos produtivos da empresa – e assim controlar e garantir a sua eficiência através do controlo de aspectos ambientais, tais como o consumo de água, electricidade, gás e resíduos produzidos – realizar o controlo de qualidade dos produtos finais e verificar o cumprimento das Especificações Técnicas (ET) definidas para os mesmos.

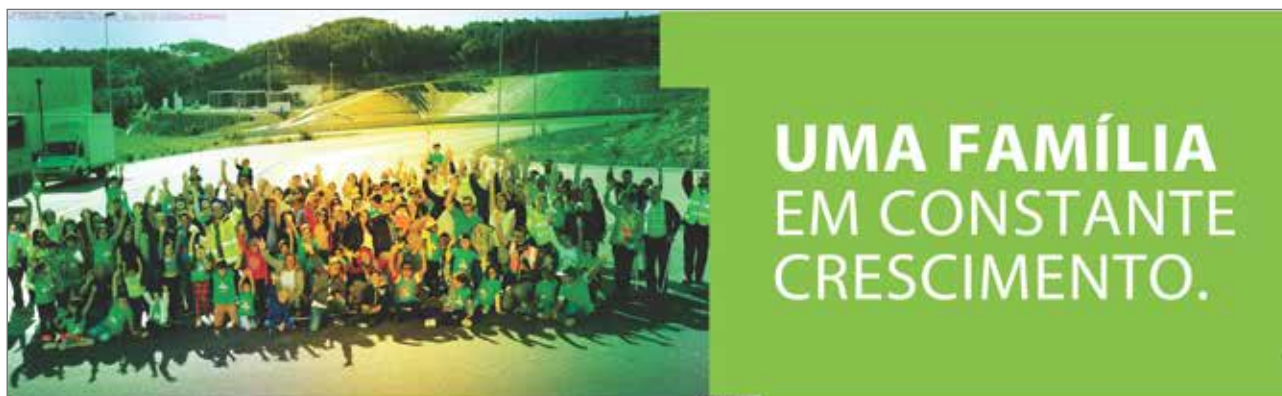




**1 PLANO DE MONITORIZAÇÃO
AMBIENTAL**

**1 PLANO DE CARACTERIZAÇÃO
E QUANTIFICAÇÃO
DE RESÍDUOS**

**1 PLANO DE CONTROLO
DE QUALIDADE
DE PROCESSO
E PRODUTO FINAL**



1 PLANO DE COMUNICAÇÃO

3 EVENTOS

4 CAMPANHAS SOLIDÁRIAS - 28

TONELADAS DE TAMPINHAS

33.342 PAGE VIEWS DO WEBSITE

365 VISITANTES

10.056 PESSOAS SENSIBILIZADAS



3.8. Comunicação e Imagem

Publicações

Dentro desta ferramenta comunicativa destaca-se em 2017 a produção da newsletter; newsletter digital; folhetos institucionais do Ecoparque da Abrunheira e do Ecocentro da Ericeira; anúncios para publicação em jornais, revistas e eventos do sector dos resíduos; e outdoors dos Ecoparques da empresa.

Audiovisuais e Multimédia

Inseridos nesta tipologia de meio de comunicação, em 2017 foram produzidos os filmes sobre as CCT da Abrunheira e inauguração do Ecocentro da Abrunheira, tendo-se igualmente desenvolvido a plataforma interactiva “TRATOPÓLIS”.

Participação em Eventos e Feiras

Durante o ano de 2017 a TRATOLIXO esteve presente no 11º Fórum dos Resíduos (Abril, Lisboa), na FEXPOMALVEIRA (Agosto, Malveira) e no Greenfest 2017 (Setembro, Estoril).

Visitas

Em 2017, a TRATOLIXO recebeu várias visitas técnicas nas suas instalações provenientes de diversas empresas e entidades nacionais e internacionais, tendo igualmente recebido a título de visitas de estudo, várias entidades escolares e de solidariedade social.

Para além destas visitas, a empresa participou também em acções de sensibilização em escolas, bem como em eventos tais como a Festa da Criança com Ambiente e Segurança promovida pela Câmara Municipal de Oeiras, o evento “Há Festa no Parque” desenvolvido pela Câmara Municipal de Mafra, no Projecto “Ecoescovinhas” de iniciativa da Associação Miúdos Optimistas, Miúdos Saudáveis (MOMS) realizado em Queluz (Sintra), no Festival da Criança promovido pela Junta de Freguesia de Cascais-Estoril, e no Dia das Bandeiras Verdes – Eco-Escolas, que teve como organizador a Associação Bandeira Azul e como anfitrião a Câmara Municipal de Mafra.

Apoio Social

No ano de 2017, a empresa prestou um importante contributo no domínio social à sua comunidade envolvente, através da recepção de 28,14 toneladas de tampinhas e pela atribuição do correspondente apoio financeiro a várias instituições e campanhas solidárias.



258 TRABALHADORES

68 DO GÉNERO FEMININO

190 DO GÉNERO MASCULINO

170 ACÇÕES DE FORMAÇÃO

3.426 HORAS DE FORMAÇÃO



58 SERVIÇOS INFORMÁTICOS
DISPONIBILIZADOS

10 NOVAS FUNCIONALIDADES
IMPLEMENTADAS

99,53% DE TAXA
DE DISPONIBILIDADE
DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



3.9. Gestão de Pessoas

Repartição do Efectivo

À data de 31 de Dezembro de 2017 o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 258 trabalhadores, distribuídos por 190 trabalhadores do género masculino e 68 do género feminino, acrescido de 11 trabalhadores temporários do género masculino.

Ocorreu, por isso, um decréscimo face ao ano de 2016, em que o total de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2016 era de 263.

O índice de tecnicidade (1) da empresa passou de 18,3% em 2016 para 19,4% em 2017. Isto ficou a dever-se ao facto de o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa ter tido maior incidência no pessoal qualificado, semi-qualificado e não qualificado (e menos incidência em coordenadores, técnicos superiores e técnicos).

Nível Etário

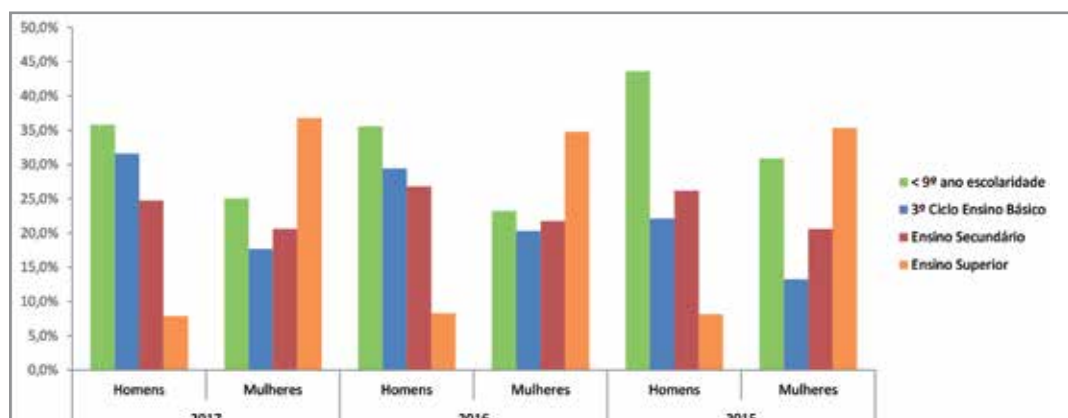
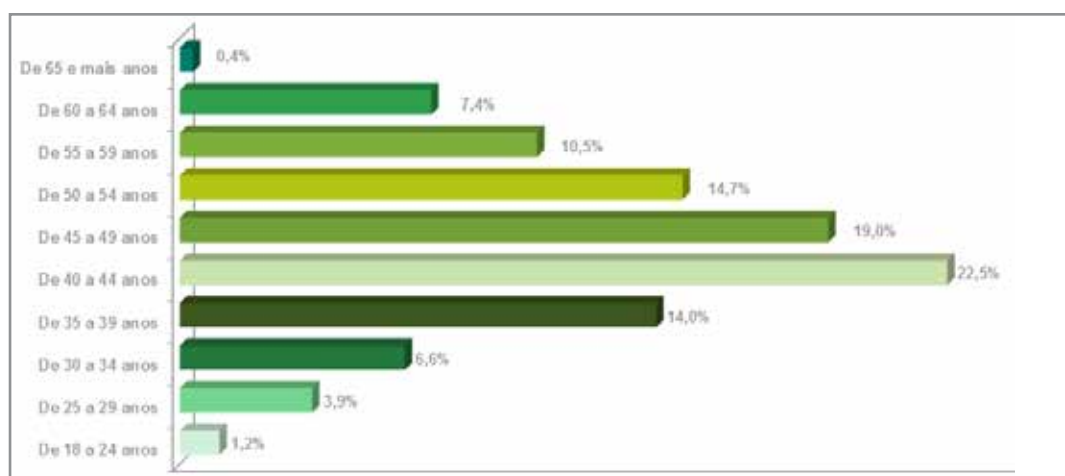
Em termos de escalões etários, a 31 de Dezem-

bro de 2017, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 40 e os 44 anos, correspondente a 22,5% do total, conforme se pode constatar no primeiro gráfico abaixo.

Nível de escolaridade

A 31 de Dezembro de 2017, continuou a registar-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias inferiores ao 9º ano, 32,9%, correspondente a 85 trabalhadores, tendo ocorrido apenas um ligeiro aumento de 0,63% face ao ano anterior. Verificaram-se ainda ligeiras flutuações nos restantes níveis habilitacionais relativamente a 2016.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no segundo gráfico abaixo.



(1) O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos)/Efectivo global * 100.

Formação Geral

Durante o ano de 2017, verificaram-se 584 participações em 170 acções de formação interna e externa, num total de 3.426 horas, correspondente a uma média de 20,2 horas de formação por acção. Nestas horas de formação estão incluídas as formações proporcionadas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Nestes totais estão incluídas também as acções de formação ministradas a trabalhadores temporários, com 24 participações, correspondente a um total de 63 horas.

A diminuição verificado no total de participações, de acções e de horas realizadas em 2017 comparativamente com 2016, deveu-se ao facto de em 2017, ter sido ministrada menos formação interna e as formações externas terem tido uma carga horária menor.

Taxa de absentismo

Em 2017, a taxa de absentismo registada na empresa foi de 7,18%, tendo diminuído face ao ano anterior, que tinha registado 8,35%.

Sinistralidade laboral

No segundo quadro abaixo apresenta-se a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2017, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, incluindo a sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos em cada ano – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

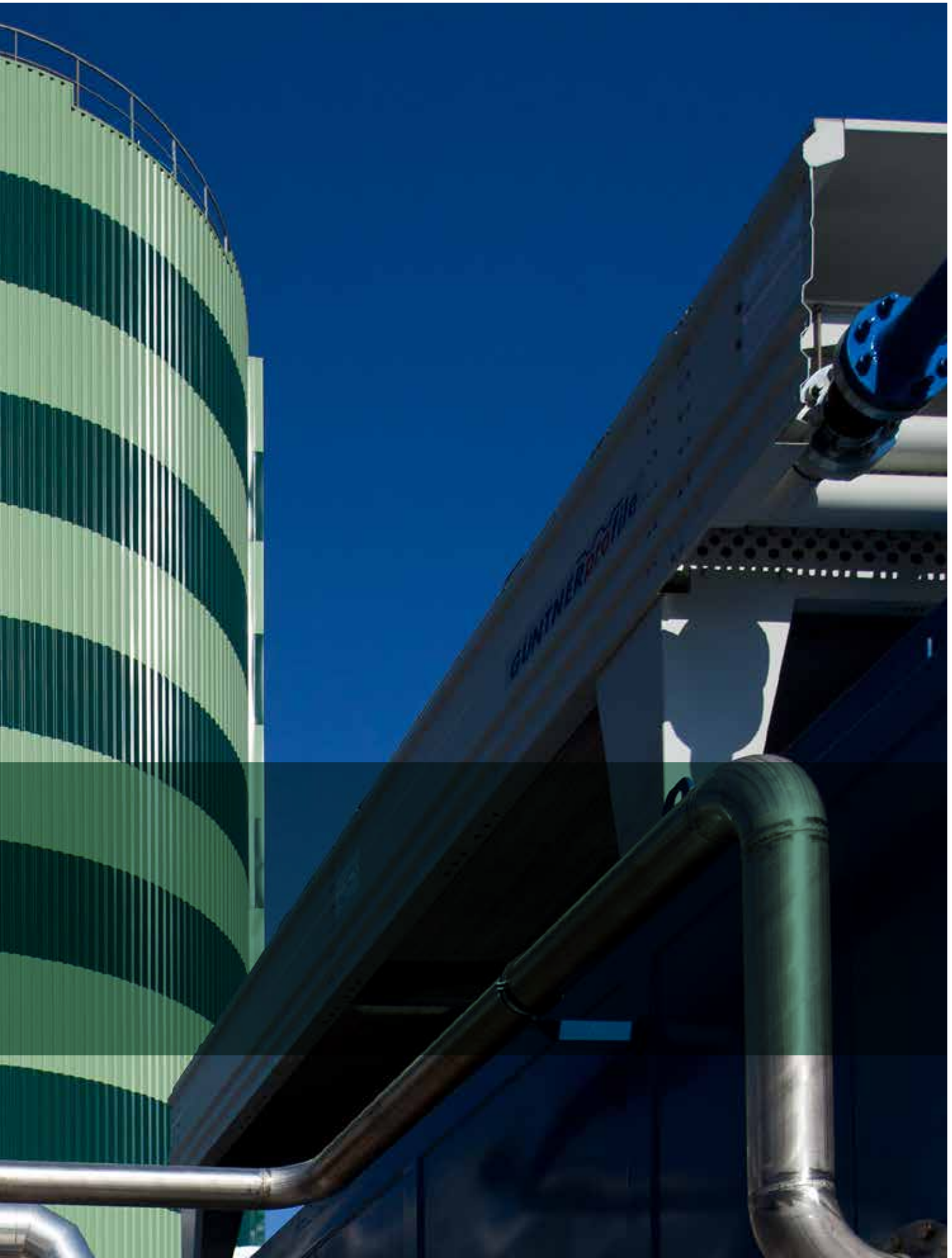
Formação Certificada	2015	2016	2017
Total de Participações	937	1.408	584
Total de Acções de Formação	151	204	170
Total de Horas de Formação	3.376	5.020	3.426

	2015		2016		2017	
	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos	Número	N.º dias perdidos
Acidentes de Trabalho	32	-	22	-	35	-
com Baixa	19	794	15	343	22	447
Sem Baixa	13	-	7	-	13	-
Quase-Acidentes de Trabalho	4	-	3	-	2	-

187 PROCEDIMENTOS DE
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

DESONERAÇÃO DAS TARIFAS
FUTURAS - **1,6M€**

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA



4. SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

SUMÁRIO

Em linha com o planeado, o resultado líquido da TRATOLIXO foi, no final de 2017, de 11 mil euros. De facto, após um período em que se tornou indispensável fixar a tarifa por um valor superior ao necessário, com vista ao reequilíbrio da Empresa, o orçamento para 2017 previu já uma tarifa de equilíbrio, ou seja, uma tarifa que apenas permitisse recuperar custos, apontando, assim, para resultado zero. Retomou-se, pois, em 2017, o que era prática da Empresa: orçamentos elaborados numa óptica de resultado zero.

O ano de 2017 encerra um ciclo que se havia iniciado, sensivelmente, em 2014 com a reestruturação do passivo financeiro da Empresa. Após alguns anos a reestruturar a Empresa, o ano de 2017 fica marcado por ser aquele em que terminou: (i)

nanceiro da Empresa. No final deste ano, os Capitais Permanentes atingiam 182,0M€, tendo reduzido 3,8M€ relativamente a 2016. Contribuiu para esta redução: (i) a transferência para o passivo de curto prazo do montante de 4,5 M€ referente ao serviço da dívida a liquidar à banca em 2018, e, ainda, (ii) a diminuição da responsabilidade para fazer face ao saneamento do passivo ambiental em 1,5M€.

O Fundo de Maneio que em 2016 era de 8,9M€, passou em 2017 para 13,2M€, tendo crescido 4,3M€. Tal ficou a dever-se à redução dos capitais permanentes conjugada com o decréscimo de 8,1M€ verificado no activo não corrente, fruto, sobretudo, da realização dos activos por via das amortizações e da diminuição verificada nos investimentos em curso.

No que diz respeito ao curto prazo, continuou a verificar-se o controlo da dívida de clientes, bem como das restantes contas a receber. No passivo corrente, continuou a verificar-se a redução da dívida a fornecedores que, relativamente a 2016, regista uma redução de 2,5M€, passando, agora, após o término do último acordo de regularização de dívida vencida, a apresentar a dívida que é recorrente. Por outro lado, em outras contas a pagar, verifica-se um acréscimo de 1,1M€ que diz respeito, essencialmente, à Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à APA em 2018.

No final de 2017, a Tesouraria Líquida da Empresa atingiu 4,2M€, prevendo já 4,5M€ a liquidar à banca no decorrer de 2018.

O EBITDA atingiu 8,4M€, mostrando-se mais do que suficiente para cobrir as amortizações e as provisões.

Em consequência, apurou-se um EBIT de 1,9M€ que foi suficiente para cobrir o resultado do financiamento.

O ano de 2018 inicia um novo ciclo herdando de 2017 uma estrutura financeira equilibrada.

o período de carência de capital negociado com as entidades bancárias; (ii) o período de colocação à disposição da linha de crédito contratada para pagamento dos encargos financeiros; e (iii) o último acordo de regularização de dívida vencida. O ano de 2018 inicia um novo ciclo herdando de 2017 uma estrutura financeira equilibrada. As dívidas a fornecedores de médio e longo prazo encontram-se regularizadas, e a dívida financeira, embora elevada, encontra-se devidamente negociada e estruturada. O novo ciclo que se inicia em 2018, sem períodos de carência de capital, nem linhas de crédito que permitam capitalizar os juros remuneratórios que se vão vencendo, está, pois, dependente de uma rigorosa execução orçamental que, a ser cumprida, manterá a TRATOLIXO na trajectória de equilíbrio que se tem vindo a conseguir.

Da análise da Estrutura Financeira no final de 2017, verifica-se a continuidade do equilíbrio fi-

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Un: €

	2016	2017	Δ	Δ%
Rendimentos de Exploração	35.117.277	33.090.440	-2.026.837	-5,8%
Gastos de Exploração	26.107.020	24.710.553	-1.396.467	-5,3%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	9.010.257	8.379.888	-630.370	-7,0%
Gastos de Depreciação e Amortização	6.299.591	6.480.108	180.517	2,9%
Provisões e Imparidades	-130.132	-36.588	93.544	71,9%
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	2.840.798	1.936.368	-904.430	-31,8%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	279	2.398	2.119	760,8%
Juros e Gastos Similares Suportados	2.158.262	1.867.608	-290.654	-13,5%
Resultado antes Impostos	682.815	71.158	-611.657	-89,6%
Imposto sobre o Rendimento	155.843	59.663	-96.180	-61,7%
Resultado Líquido	526.971	11.495	-515.477	-97,8%

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

O Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), atingiu 8,4M€ em 2017, menos 0,6M€ que em 2016. Tal ficou, sobretudo, a dever-se à redução da tarifa paga pelos Municípios que passou de 58,58€/t em 2016 para 54,78€/t em 2017. Atenuou este diferencial a redução da tarifa paga à Valorsul, determinada pela ERSAR, com referência a 2016.

O EBITDA cobriu os Gastos de Depreciação e Amortização e as Provisões e Imparidades, no montante de 6,4M€, gerando um EBIT de 1,9M€, montante suficiente para cobrir o financiamento líquido.

O Resultado Antes de Imposto foi, assim, de 71 mil euros que, depois de deduzido do Imposto sobre o Rendimento, gerou um Resultado Líquido de 11 mil euros.

Rendimentos de Exploração

Expurgando da análise a rubrica de Serviços de Construção, que se compensa quando se analisam os Gastos de Exploração, a variação que se apura, relativamente a 2016, é muito residual. De facto, a redução de 1,2M€ que se verifica na rubrica Serviços Prestados – Tratamento de RU é compensada com as variações que se registam em vendas e em outros rendimentos.

Un: €

Rubrica/Ano	2016	2017	Δ	Δ%
Vendas	7.323.320	7.626.588	303.268	4,1%
Serviços Prestados	27.128.697	24.011.563	-3.117.133	-11,5%
Tratamento de RU	24.173.838	22.999.657	-1.174.182	-4,9%
Serviços de Construção	2.954.858	1.011.907	-1.942.951	-65,8%
Outros Rendimentos	665.261	1.452.215	786.954	118,3%
Rendimentos de Exploração	35.117.277	33.090.366	-2.026.911	-5,8%

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

O decréscimo de 1,2M€ que se verifica em Serviços Prestados – Tratamento de RU, tem relação directa com a tarifa fixada para 2017 que, relativamente a 2016, reduziu 3,80€/t.

O acréscimo de 0,3M€ que se verifica nas Vendas, ficou, essencialmente, a dever-se ao aumento da produção de energia eléctrica injectada na rede e, ainda, ao aumento dos preços de venda de alguns produtos tais como Papel/ cartão, Aço e Plásticos Mistos.

Para o desvio positivo de 0,8M€ que se verifica em Outros Rendimentos, contribuiu com 0,7M€ o acerto da tarifa paga à Valorsul relativo ao ano de 2016.

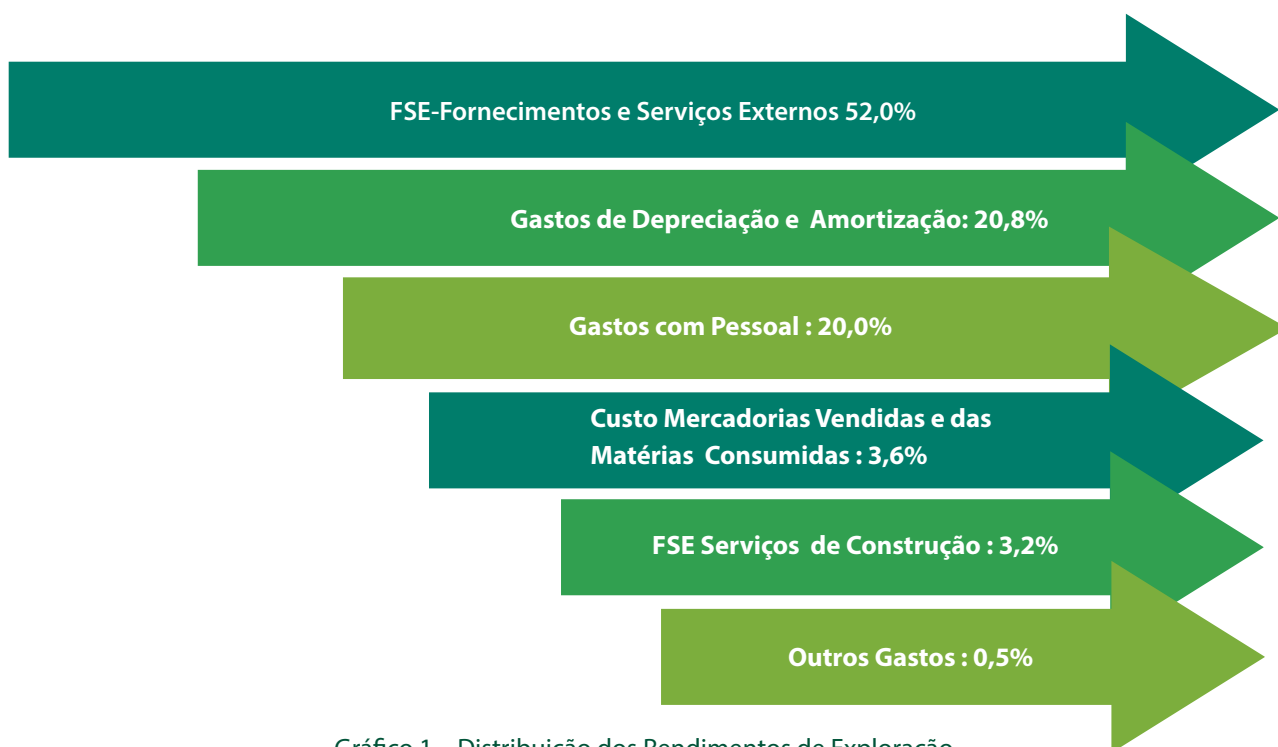


Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração

Gastos de Exploração

Expurgando da análise a rubrica Serviços de Construção, sub-rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, a variação negativa de 1,1M€ que se apura no total dos Gastos Operacionais, passa a positiva, verificando-se, ao invés, um acréscimo de 0,8M€. De facto, tendo em consideração este ajustamento, a variação negativa em Fornecimentos e Serviços Externos passa para, apenas, 0,2M€.

Gastos Operacionais

Rubrica/Ano	Un: €			
	2016	2017	Δ	Δ%
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	850.714	1.131.062	280.347	33,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	19.355.795	17.197.891	-2.157.904	-11,1%
Gastos com o Pessoal	5.789.073	6.238.694	449.621	7,8%
Outros Gastos	111.437	142.906	31.468	28,2%
Gastos de Exploração	26.107.020	24.710.553	-1.396.467	-5,3%
Gastos de Depreciação e de Amortização	6.299.591	6.480.108	180.517	2,9%
Provisões e Imparidades	-130.132	-36.588	93.544	-71,9%
Total dos Gastos Operacionais	32.276.479	31.154.072	-1.122.407	-3,5%

Para o aumento dos 0,8M€ acima referidos contribuiu (i) o acréscimo de 0,3M€ que se verifica na rubrica Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, devido, sobretudo, a um maior dispêndio com o consumo de gásóleo por se terem transportado mais resíduos; e (ii) a mais 0,4M€ em Gastos com o Pessoal devido, principalmente, à reversão dos cortes salariais e a novas contratações.

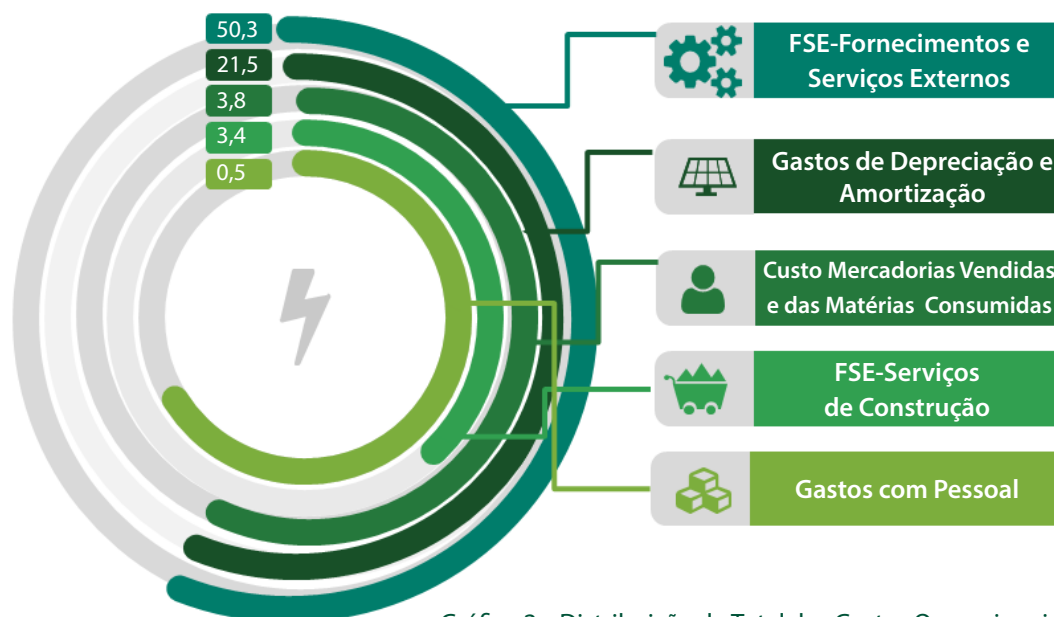


Gráfico 2 – Distribuição do Total dos Gastos Operacionais

Resultado do Financiamento

A variação de -0,3M€ que se verifica nos Resultados do Financiamento, é, sobretudo, um reflexo da descida das taxas de juro.

Estrutura Patrimonial

Un: €

Rubricas/Anos	2016	2017	Δ	Δ %
Total do Activo	192.212.968	191.495.687	-717.280	-0,4%
Activos Fixos	176.824.888	168.776.535	-8.048.352	-4,6%
Outros Activos	13.289.306	14.089.894	800.589	6,0%
Soma	190.114.193	182.866.430	-7.247.764	-3,8%
Caixa e Equivalentes	2.098.774	8.629.258	6.530.484	311,2%
Total do Capital Próprio	25.390.945	25.021.576	-369.369	-1,5%
Total do Passivo	166.822.023	166.474.111	-347.911	-0,2%
Dívida Financeira	150.067.747	151.882.470	1.814.723	1,2%
Provisões	4.750.182	3.163.818	-1.586.364	-33,4%
Outros Passivos	12.004.094	11.427.823	-576.271	-4,8%

Quadro 4 – Evolução das rubricas do Balanço 2017-2016

1. Activo

O Total do Activo, excluído de Caixa e Equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2017, de 183M€, menos 7,2M€ que no final de 2016. Para esta redução contribuiu o decréscimo de 8,0M€ que se verifica na rubrica Activos Fixos, situação que se tem vindo a verificar nos últimos anos. Embora o plano de investimentos esteja, no essencial, a acompanhar a estratégia definida, os montantes capitalizados não acompanham a realização dos activos por via das amortizações que, nos últimos anos, têm atingido montantes importantes que rondam os 6M€. Adicionalmente, verificou-se, em 2017, o desconhecimento do montante de 3,2M€ que, em anos anteriores, havia sido capitalizado para fazer face à responsabilidade decorrente do saneamento do passivo ambiental.

Activos Fixos

O montante de 169M€ que a rubrica Activos Fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infra-estruturas da concessão de responsabilidade da Tratolixo. Deste montante, apenas 0,9M€ se encontram em fase de construção.

2. Passivo

O total do Passivo reduziu 0,3M€ relativamente ao 2016, fruto das variações que se verificam, e que se compensam, na Dívida Financeira, em Provisões e em Outros Passivos.

Dívida Financeira

A Dívida Financeira cresceu 1,8M€ atingindo 152M€ no final de 2017. Este acréscimo foi consequência da capitalização dos encargos financeiros vencidos em 2017 que, nos termos do acordo firmado com o Sindicato Bancário, foram pagos por esta via, não tendo, por isso, originado qualquer exfluxo de caixa.

Provisões

A variação de 1,6M€ que se verifica relativamente a 2016, tem, essencialmente, a ver com a actualização do valor da provisão para fazer face ao saneamento do passivo ambiental que, tendo em conta os meios disponíveis à data de hoje, se prevê por um valor bastante inferior. Assim, procedeu-se à redução da provisão em 1,5M€, evidenciando o balanço como responsabilidade futura 0,2M€, valor que considera como a melhor estimativa à data para sanear o que ainda resta.

Outros Passivos

Contribuiu para a redução dos 0,6M€ que se verifica em Outros Passivos a diminuição da dívida a fornecedores em 2,5M€ e, em sentido contrário, o acréscimo que se verifica em outras contas a pagar, nomeadamente, 1,1 M€ de Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à APA em 2018.

3. Capital Próprio

O Capital Próprio regista, relativamente a 2016, uma redução de 0,4M€ que se deve ao reconhecimento do subsídio a receber do POESEUR. De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes depreciações.



No final de 2017, a Tesouraria líquida atingiu 4,2M€, prevendo já 4,5M€ a liquidar à banca no decorrer de 2018.

O EBITDA atingiu 8,4 M€, mais do que suficiente para cobrir as amortizações e as provisões.





5. PERSPECTIVAS PARA 2018

5 PERSPECTIVAS PARA 2018

Avizinha-se um período de reflexão, debate e análise estratégico a nível nacional no sector dos resíduos.

É com enorme expectativa que a TRATOLIXO encara o ano de 2018, uma vez que está em preparação a revisão de um documento orientador da estratégia de resíduos a nível nacional – o PERSU 2020 – atendendo à evolução do estado da arte ainda insuficiente para o cumprimento das metas definidas para 2020 e das perspectivas, a nível comunitário para 2030, no âmbito da Economia Circular.

Atendendo a que nos últimos anos a atribuição de financiamentos comunitários foi muito reduzida, a execução pelos SGRU e municípios dos investimentos necessários ao atingimento dos objectivos e metas previstos no PERSU 2020 ficou seriamente comprometida, nomeadamente no que diz respeito à recolha selectiva e infra-estruturas de tratamento de resíduos.

Esta foi uma situação que não deixou de afectar também a TRATOLIXO e algumas medidas que a empresa tinha previsto como fundamentais no seu PAPERSU, tais como a Central de Triagem de Resíduos de Embalagens e a Central de Tratamento Mecânico para resíduos indiferenciados em Trajouce.

Igualmente condicionada às restrições de despesa e contratação de pessoal previstas na Lei de Orçamento de Estado, a TRATOLIXO estava dependente de fundos de financiamento para a execução destas medidas, tendo ficado fortemente penalizada pelo clima de incerteza que se instalou.

Perante este cenário e atendendo aos novos desafios que se colocam com a adopção de um novo modelo de gestão de resíduos urbanos propostos no regime jurídico europeu, foi determinado pela governação a reformulação do PERSU 2020.

A TRATOLIXO, enquanto empresa estruturante no sector, está envolvida na participação nos trabalhos de Revisão do PERSU 2020, ao abrigo do n.º 6 do Despacho n.º 294/2018 de 5 de Janeiro, pretendendo contribuir com as suas preocupações e temas

que devem merecer a atenção prioritária do Grupo de Trabalho criado para este efeito.

Deste modo, espera-se que seja efectuada uma redefinição de metas temporais e quantitativas já previstas, aguardando-se que sejam igualmente determinadas linhas de orientação mais realistas e que viabilizem soluções para problemas que se têm vindo a debater desde longa data, tais como a valorização da fracção resto e o mercado dos CDR.

Por outro lado, deseja-se ver esclarecida neste novo Plano a questão dos TMB a nível nacional, a sua compatibilização com a nova estratégia e o futuro dos produtos oriundos destas instalações de tratamento de resíduos, nomeadamente o composto produzido a partir de resíduos indiferenciados.

Antecipam-se também inúmeros desafios em termos administrativos na área da Contratação Pública, face à revisão do Código dos Contratos Públicos (CCP), o Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto, fruto do alinhamento da legislação nacional com as directrizes europeias da contratação pública.

Com a entrada em vigor das alterações ao CCP a 1 de Janeiro de 2018, os agentes do sector público e privado ver-se-ão confrontados com mudanças profundas e significativas na sua forma de operar.

Sendo a TRATOLIXO uma empresa pública intermunicipal e considerada uma entidade adjudicante ao abrigo do CCP, tem a obrigatoriedade legal de cumprir esta legislação.

Como tal, prevê-se que o maior impacto para a empresa associado às alterações introduzidas nesta actual versão do CCP diga respeito à introdução de uma nova figura de consulta preliminar ao mercado, aos procedimentos de consulta prévia, à revisão do critério de apuramento dos montantes adjudicados a uma empresa e à criação da figura de gestor de contrato.

Numa apreciação global da envolvente macroeconómica – com base nas projecções económicas efectuadas pelo Banco de Portugal – prevê-se que o



processo de expansão da economia portuguesa se mantenha nos próximos anos.

Após um aumento de 2,6% em 2017, a actividade económica continuará a apresentar um perfil de crescimento embora a um ritmo progressivamente menor, estimando-se uma variação do PIB de +2,3% em 2018, +1,9% em 2019 e +1,7% em 2020, respectivamente.

Existem igualmente indícios que ao nível do turismo Portugal vai continuar a ser, em 2018, um destino na moda, embalado pelo desenvolvimento verificado na Europa do Sul e do Mediterrâneo, pelos reconhecimentos internacionais atribuídos ao País como os World Travel Awards e a ocorrência de grandes eventos internacionais tais como a realização da *Websummit*.

O turismo é, como se sabe, uma importantíssima fonte de receitas para o País, que depende cada vez mais da dinâmica de criação de emprego deste sector de actividade.

Neste quadro de melhoria gradual da situação económi-

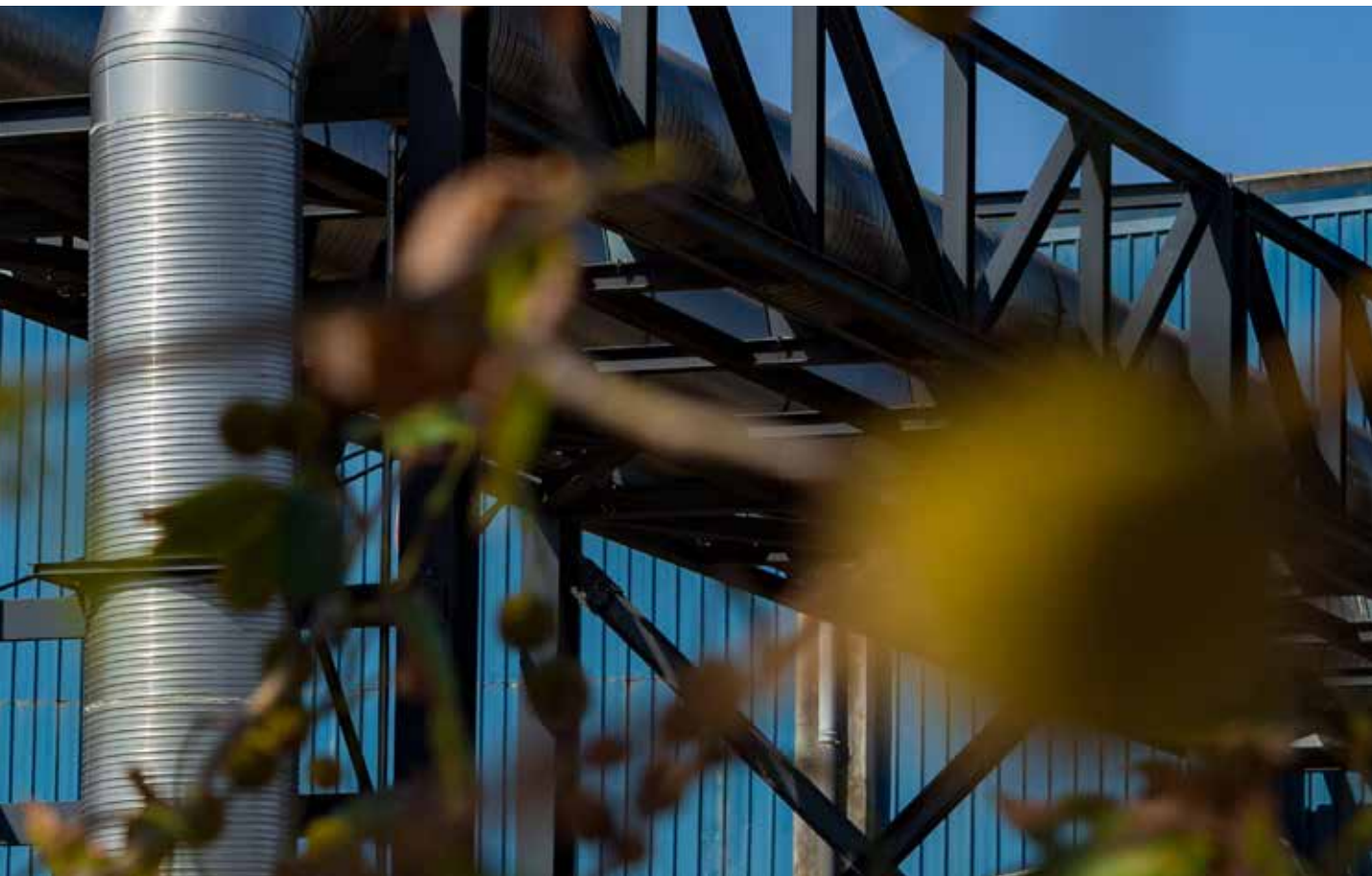
ca do País e expansão do sector do turismo, antevê-se, assim, que 2018 seja um ano no qual haverá novo impulso na produção de resíduos, desafio ao qual a TRATOLIXO deverá, como tem feito desde sempre, dar resposta.

Enquanto empresa de referência no sector dos resíduos, a TRATOLIXO continuará, desta forma, a desempenhar o seu papel e a focar a sua actuação em prestar um serviço público de excelência no tratamento e valorização de resíduos, procurando inovar e criar soluções sustentáveis.

E no campo da Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT) surgirá uma oportunidade bastante aliciante.

Em 2018, a Comissão Europeia apresentará propostas pormenorizadas para a próxima geração de programas financeiros para o quadro financeiro plurianual pós-2020, que constitui o orçamento da UE a longo prazo, tendo decorrido uma consulta pública sobre os fundos da UE nos domínios do investimento, da investigação e inovação, das PME e do mercado único.

Enquanto isso, a empresa irá prosseguir o seu trabalho de



análise de fundos de financiamento nacionais e comunitários que possam ser aplicáveis aos projectos em curso e a desenvolver.

Para responder às necessidades de uma gestão responsável, a empresa manterá o objectivo de redução de custos, prosseguindo na implementação de rigorosos planos de racionalização de custos operacionais – transversais a todas as unidades fabris – e serão ainda desenvolvidos projectos tendo em vista a melhoria dos respectivos processos industriais.

E porque a melhoria contínua dos processos internos e de todas as actividades da empresa é uma premissa da

sua visão estratégica, no âmbito da evolução do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da TRATOLIXO, em 2018 a empresa procurará não só renovar a certificação do mesmo, como fazer a transição para os novos referenciais normativos, a NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015.

Serão igualmente prosseguidas em 2018 as acções conducentes aos licenciamentos das infra-estruturas, equipamentos e actividade, sempre com o respeito pela legalidade com que a empresa se pauta.



6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artº 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.L.M., S.A. e do artº 66º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2017, no valor de 11.494,76€ (onze mil, quatrocentos e noventa e quatro euros e setenta e seis cêntimos), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho



Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros

Índice das Demonstrações Financeiras

BALANÇO	72
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	73
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	74
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	75
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	75
1 INTRODUÇÃO	77
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	78
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	78
4 FLUXOS DE CAIXA	89
5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	90
6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	90
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	91
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS	92
9 ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	94
10 INVENTÁRIOS	96
11 CLIENTES	97
12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	97
13 OUTRAS CONTAS A RECEBER	99
14 DIFERIMENTOS	99
15 CAPITAL	102
16 RESERVAS	102
17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL	101
18 PROVISÕES	103
19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	105
20 FORNECEDORES	106
21 OUTRAS CONTAS A PAGAR	107
22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	108
23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	109
24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	109
25 GASTOS COM PESSOAL	108
26 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	111
27 OUTROS GASTOS E PERDAS	111
28 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES	112
29 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	112
30 COMPROMISSOS	114
31 CONTINGÊNCIAS	115
32 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	115
33 PARTES RELACIONADAS	117
34 DISPOSIÇÕES LEGAIS	119
35. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	120
36 EVENTOS SUBSEQUENTES	121

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Montantes expressos em €

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro	
		2017	2016
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	7	51 896	48.532
Activos intangíveis	8	168.167.706	176.733.993
Outros investimentos financeiros		5.670	1.692
Activos por impostos diferidos	9	551.264	40.671
		168.776.535	176.824.888
ACTIVO CORRENTE			
Inventários	10	1.174.112	891.602
Clientes	11	3.247.602	2.398.249
Estado e outros entes públicos	12	255.396	400.476
Outros créditos a receber	13	9.315.187	9.497.437
Diferimentos	14	97.598	101.542
Caixa e depósitos bancários	4	8.629.258	2.098.774
		22.719.152	15.388.080
TOTAL DO ACTIVO		191.495.687	192.212.968
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15	7.010.000	7.010.000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30.000	30.000
Resultados transitados		(874.096)	(1.401.068)
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	17	18.844.057	19.224.921
		25.010.081	24.863.974
Resultado líquido do período		11.495	526.971
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		25.021.576	25.390.945
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	18	3.163.818	4.750.182
Financiamentos obtidos	19	147.417.701	150.067.747
Passivos por impostos diferidos	9	532.825	64
Ajustamentos em subsídios	17	5.470.855	5.581.429
		156.585.199	160.399.422
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	20	2.127.629	4.646.982
Adiantamentos de clientes		-	4.180
Estado e outros entes públicos	12	166.173	164.997
Financiamentos obtidos	19	4.464.769	-
Outras dívidas a pagar	21	2.710.141	1.606.442
Diferimentos	14	420.200	-
		9.888.912	6.422.601
TOTAL DO PASSIVO		166.474.111	166.822.023
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		191.495.687	192.212.968

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Montantes expressos em €

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 de Dezembro	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	22	31.638.151	34.452.016
Variação nos inventários de produção	10	104.545	21.812
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1.131.062)	(850.714)
Fornecimentos e serviços externos	24	(17.197.891)	(19.355.795)
Gastos com o pessoal	25	(6.238.694)	(5.789.073)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	3.438	776
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11,13	-	(1.000)
Provisões (aumentos) / reduções	18	33.150	130.356
Aumentos/ reduções de justo valor		74	-
Outros rendimentos	26	1.347.669	643.448
Outros gastos	27	(142.906)	(111.437)
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		8.416.476	9.140.389
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(6.480.108)	(6.299.591)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		1.936.368	2.840.798
Juros e rendimentos similares obtidos	28	2.398	279
Juros e gastos similares suportados	28	(1.867.608)	(2.158.262)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		71.158	682.815
Imposto sobre o rendimento do período	29	(59.663)	(155.843)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		11.495	526.971
RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO		0,01	0,38

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Montantes expressos em €

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Subscrito	Prêmios de emissão	Reservas legais	Resultados Transitados	Ajustamentos/ Outras variações no Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2016		7.010.000	120	30.000	(4.718.921)	12.762.918	3.317.854	18.401.970
Alterações no período								
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	3.317.854	-	(3.317.854)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	6.462.003	-	6.462.003
		-	-	-	3.317.854	6.462.003	(3.317.854)	6.462.003
Resultado líquido do período							526.971	526.971
Resultado integral							526.971	6.988.974
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2016		7.010.000	120	30.000	(1.401.067)	19.224.921	526.971	25.390.944
Alterações no período								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	526.971	-	(526.971)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(380.864)	-	(380.864)
		-	-	-	526.971	(380.864)	(526.971)	(380.864)
Resultado líquido do período							11.495	11.495
Resultado integral							11.495	(369.369)
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2017		7.010.000	120	30.000	(874.096)	18.844.057	11.495	25.021.576

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Montantes expressos em €

RUBRICAS	Notas	31 de Dezembro	
		2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		34.150.485	35.738.776
Pagamentos a fornecedores		(22.140.214)	(28.331.405)
Pagamentos ao pessoal		(5.662.264)	(5.173.717)
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		6.348.007	2.233.654
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento		314.562	(251.027)
Outros recebimentos/ (pagamentos)		(49.948)	(348.280)
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		6.612.620	1.634.347
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Activos fixos tangíveis		(37.793)	13.179
Activos intangíveis		-	-
Outros activos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		27.812	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		(9.982)	13.179
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		1.800.153	1.997.218
Juros e rendimentos e similares		1.798	209
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos e similares		(1.874.107)	(2.648.379)
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(72.155)	(650.952)
Variação de caixa e seus equivalentes		6.530.484	996.573
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		2.098.774	1.102.201
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	8.629.258	2.098.774

As notas das páginas 77 a 121 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho

Ana Isabel Neves Duarte

António Ricardo Henriques da Costa Barros

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Ana Filipa Lanternas

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como “TRATOLIXO” ou “Empresa”), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989 tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 31 de Janeiro de 2018. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

1.1 – Enquadramento da actividade

Inicialmente, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito de um contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi efectuado um aditamento ao contrato programa, com vista a incorporar as alterações introduzidas ao PERECMOS – ‘Plano Estratégico de Resíduos para os Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra’ em 2007, de acordo com o qual a TRATOLIXO deixa de ser responsável pela definição de soluções de recolha dos resíduos sólidos, da tipologia de contentorização, e definição dos circuitos.

Em 20 de Novembro de 2015, ao abrigo, e para efeitos, do disposto no nº 3 do artigo 17º do Decreto-Lei 194/2009, de 20 de Agosto, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, que substituiu o contrato programa, e que produziu efeitos a partir 30 de Junho de 2016, data da emissão do visto do Tribunal de Contas, e que vigora até 31 de Dezembro de 2043.

No âmbito dos referidos contratos, foi dado acesso à TRATOLIXO às instalações existentes no ecoparque de Trajouce (Cascais) para a prestação do serviço público, tendo a TRATOLIXO, ainda, assumido a obrigação de construir um novo ecoparque na Abrunheira (Mafra) e requalificar o ecoparque de Trajouce.

A TRATOLIXO não pode dispor livremente destes activos para além da substituição/renovação que se demonstre necessária à prestação dos serviços. Pelos serviços prestados, conforme estipulado, a TRATOLIXO tem direito a uma retribuição que equivale à aplicação de uma tarifa por tonelada de resíduos entrada no sistema.

Assim, o contrato de gestão delegada assinado com a AMTRES constitui, em substância, um acordo de concessão, no âmbito do qual a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela prestação de serviços de construção das infra-estrutu-

ras de suporte à actividade a desenvolver e a responsabilidade pela exploração do serviço público de tratamento de resíduos sólidos.

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2017, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços”). As demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2009 foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data (Plano Oficial de Contabilidade “POC” e Directrizes Contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística “DC”), tendo sido efectuada a transição para o SNC com referência à data de 1 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e baseado no custo histórico, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados, mensurados ao justo valor.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação das disposições previstas pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresen-

tadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

ii). Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

3.3. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação prospectiva dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Programas de computador

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de

aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos *upgrades*. Estes activos são amortizados em três anos.

Direitos de concessão

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infra-estruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram o sistema multimunicipal. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

O valor do direito de concessão reconhecido resulta: (i) do valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) dos investimentos de construção/requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) das contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão reconhecido à data da transição e os investimentos subsequentes de expansão/requalificação/renovação/substituição são amortizados de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, considerando o termo da concessão em 31 de Dezembro de 2043.

Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

3.4. Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Activos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura

tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (“fair value hedge”), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

3.7. Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.8. Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9. Caixa e Equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela *IFRS Interpretation Committee*, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

3.10. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e monta-

gem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Provisões para recuperação ambiental

Em 2009, a TRATOLIXO procedeu ao registo de uma provisão para os custos a incorrer com a recuperação ambiental de terrenos localizados junto ao aterro de Trajouce, no valor de 3.500 mil euros. Esta provisão foi registada nas de-

monstrações financeiras no âmbito do anterior normactivo contabilístico (POC), como parte do activo tangível em curso, por se tratar de um custo associado a responsabilidades de remoção dos resíduos indevidamente depositados em Trajouce, decorrentes da actividade desenvolvida pela TRATOLIXO no âmbito do contrato-programa. Este valor foi transferido de activos fixos tangíveis para activo intangível, pela aplicação da IFRIC 12, na data da transição para o SNC. A provisão é revista anualmente tendo em consideração o período estimado de realização e os dispêndios incorridos / a incorrer para a reparação do passivo ambiental, montante que em 31 de Dezembro de 2017 se estima em 196 mil euros.

Decorrente da instrução da AMTRES de 30 de Janeiro de 2018, a parte do valor correspondente aos custos já incorridos que havia sido capitalizado como activo intangível, foi, em 2017, reconhecida como gastos do exercício. Esta decisão do accionista prevê a recuperação imediata deste custo ao invés do que estava previsto: a sua recuperação por intermédio de tarifas futuras ao longo do período da concessão.

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de agosto, foi constituída no exercício de 2016 uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização dos aterros e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato-programa. Esta é uma medida de protecção ambiental exigida pela Direcção Geral do Ambiente, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO, para o período da responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento), estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desreconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem oriundos da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos provenientes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis resultantes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha

sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde e Novo Verde, o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

i) Tratamento de resíduos – o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é faturado directamente aos Municípios.

ii) Serviços de construção de infra-estruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

3.19. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do exercício.

3.20. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significactivo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos

no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.20.1 Provisões

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.20.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão. A amortização linear do direito de concessão pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contempla a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação / substituição destes activos. Esta situação é enquadrável nas cláusulas do contrato de gestão delegada, que prevêem a permuta do investimento nos activos de renovação / substituição pelo direito de concessão e a sua recuperação através das tarifas subsequentes.

3.20.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

3.20.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

3.20.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos

intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou assente a alteração do prazo da concessão de 2028 para 2043.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização.

4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresentam os seguintes valores:

CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	2017	2016
Caixa	3.000	2.750
Depósitos bancários	8.626.258	2.096.024
	8.626.258	2.098.774

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2017	2016
Numerário		
Caixa	3.000	2.750
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	2.418.083	1.596.024
Depósitos a prazo	6.208.174	500.000
	8.626.258	2.096.024
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	8.626.258	2.098.774
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
	8.626.258	2.098.774

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas contabilísticas e relato financeiro

Não se verificaram quaisquer alterações às normas contabilísticas e de relato financeiro em vigor para os períodos apresentados.

5.2. Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Em 2009, por aplicação supletiva do disposto na norma nº 71 do Financial Accounting Standards Board (SFAS 71), a responsabilidade assumida pela TRATOLIXO, com a resolução do passivo ambiental relacionado com a contaminação de solos e águas subterrâneas em Trajouce, foi reconhecida como um activo, pelo facto da AMTRES ter aceite aquele valor no plano de investimentos, logo recuperado por intermédio de tarifas futuras.

Por instrução da AMTRES, de 30 de Janeiro de 2018, a tarifa de 2017 passou a consagrar a responsabilidade com o saneamento do passivo ambiental.

Atendendo ao disposto na norma SFAS 71, os custos já incorridos com a descontaminação do passivo ambiental, no valor de 1.604.054 euros, foram considerados como gastos do exercício de 2017, tendo sido desreconhecido o valor capitalizado.

Os gastos a incorrer, no montante de 196.200 euros, permanecem capitalizados, e os respectivos rendimentos diferidos pelo mesmo valor. A SFAS 71 estabelece que, não obstante o montante das tarifas de 2017 estar a contemplar a cobertura dos gastos a incorrer no futuro, os rendimentos que tenham esse propósito serão diferidos, até que os gastos venham a ser concretizados.

Esta alteração de estimativa contabilística, que adveio de uma alteração de circunstâncias, permite compatibilizar mais gastos nas tarifas aplicadas aos clientes no exercício de 2017, desonerando assim, as tarifas futuras com a recuperação do passivo ambiental.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

6. Gestão de riscos financeiros

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a EDP, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

7. Activos fixos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
	2017	2016
1 de Janeiro		
Custo de Aquisição	708.702	695.094
Depreciações acumuladas	(660.169)	(641.807)
Valor líquido	48.532	53.287
31 de Dezembro		
Adições	31.802	13.840
Alienações e Abates	(1.766)	(232)
Transferências / Regularizações	(85)	-
Depreciação - Exercício	(28.302)	(18.582)
Depreciação - Alienações	1.715	220
Depreciação - reg. transf. e abates	-	-
Valor líquido	51.896	48.532
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	738.652	708.702
Depreciações acumuladas	(686.756)	(660.169)
Valor líquido	51.896	48.532



As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente, a equipamentos de comunicação de áudio, *hardware* e mobiliário.

8. Activos Intangíveis

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas de computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
1 de Janeiro de 2017				
Custo de aquisição	510.320	194.785.796	7.536.968	202.833.084
Amortizações acumuladas	(509.785)	(25.589.307)	-	(26.099.092)
Valor líquido	535	169.196.489	7.536.968	176.733.993
31 de Dezembro de 2017				
Adições	43.254	680.307	331.600	1.055.161
Alienações e abates	-	(112.933)	(1.604.055)	(1.716.987)
Regularizações	-	-	(1.548.432)	(1.548.432)
Transferências	-	3.833.279	(3.833.279)	-
Amortizações - exercício	(14.951)	(6.436.854)	-	(6.451.806)
Amortizações - reg/alienações	-	95.777	-	95.777
Valor líquido	28.838	167.256.065	882.803	168.167.706
31 de Dezembro de 2017				
Custo de aquisição	553.574	199.186.449	882.803	200.622.827
Amortizações acumuladas	(524.736)	(31.930.385)	-	(32.455.121)
Valor líquido	28.838	167.256.065	882.803	168.167.706

Direito de concessão e Direito de concessão em curso

Em 2017 procedeu-se à transferência dos seguintes investimentos em curso para o activo intangível direito da concessão: (i) Linha A da ETAL da Abrunheira no valor de 1.395.629 euros; (ii) parte do terreno para requalificação ambiental na proporção dos custos já incorridos com o passivo ambiental, no valor de 2.436.275 euros e (iii) instalação de uma estação fixa de rádio no Ecoparque de Trajouce no valor de 1.375 euros.

As adições directas registadas em 2017 no direito da concessão referem-se, na sua quase totalidade: (i) a um destróador no montante de 199.000 euros; (ii) a um reboque, duas carregadoras hidráulicas de rodas, uma escavadora de rastros e uma varredora no valor global de 228.535 euros; (iii) e a aquisição de equipamento de carga e transporte, no valor de 143.130 euros.

As adições no direito da concessão em curso, respeitam, essencialmente às seguintes situações: (i) empreitada referente à melhoria tecnológica do processo de compostagem da Central de Digestão Anaeróbia do Ecoparque da Abrunheira; (ii) renovação do parque de equipamentos de rádios no Ecoparque de Trajouce; e (iii) execução do projecto e preparação das peças concursais para o novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce. Estas adições resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em curso” referem-se às seguintes obras:

	2017	2016
ETAL - Abrunheira (Linha A)	-	1.325.803
Recuperação dos Terrenos Sul	196.200	3.348.687
Tratamento Efluentes	-	69.664
Terrenos requalificação ambiental	297.993	2.734.268
Central de Triagem de Trajouce	64.192	57.172
Instalação de Estação fixa de rádio- Abrunheira	-	1.375
Edifício social e de serviços de Trajouce	39.010	-
Sistema secagem tuneis de compostagem da CDA	225.521	-
Instalação de portões Hormann	6.619	-
Canal de comunicação - Naucom	50.994	-
Mesa galera de estrado e pivot	2.275	-
	882.803	7.536.969

A variação na rubrica “Recuperação dos Terrenos Sul” decorre: (i) da redução de 1.548.431 euros, na estimativa dos valores a dispendar com a resolução do passivo ambiental, justificada pelo encaminhamento dos resíduos a sanear para as Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, dado que, de acordo com estudos e análises químicas efetuados, as características dos mesmos assim o permitem; (ii) desreconhecimento do valor capitalizado, de 1.604.054 euros, por contrapartida de gastos referente aos dispêndios já efetuados com o passivo ambiental, por aplicação da norma SFAS 71.

O saldo relevado nesta rubrica espelha assim os gastos estimados a incorrer com o saneamento do passivo ambiental.

A redução verificada na rubrica terrenos requalificação ambiental, explica-se pela transferência de activo em curso para activo intangível direito da concessão da parte dos terrenos subjacentes ao passivo ambiental cujos gastos com o saneamento se encontram incorridos. Não estando o saneamento concluído dado que ainda falta sanear um sector , ainda se mantém parte do terreno em activo da concessão em curso.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 o valor de aquisição das infra-estruturas da concessão, per-

	2017	2016
Valor Bruto	2.271.760	2.271.760
Amortizações acumuladas	(2.271.760)	(2.271.760)
	-	-

mutadas pelo direito de concessão, adquiridas sob o regime de locação financeiras é como segue:

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.



9. Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como segue:

	2017	2016
Demonstração dos Resultados		
Imposto Diferido	(22.168)	(20.026)
Imposto Corrente (Nota 29)	(37.495)	(135.818)
	(59.663)	(155.843)

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	2017	2016
Impacto na demonstração dos resultados		
Activos por impostos diferidos	(510.593)	(20.033)
Passivos por impostos diferidos	(532.760)	7
	(22.168)	(20.026)



Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como segue:

Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Provisões de monitorização de aterros e lixeiras	Provisão de selagem do aterro	Diferimento rendimentos SFAS71	Total
A 1 de Janeiro de 2017	40.671	-	-	40.671
Reversão por resultados	(2.984)	-	-	(2.984)
Constituição por resultados	-	469.432	44.145	513.577
Movimento do período	(2.984)	469.432	44.145	510.593
A 31 de Dezembro de 2017	37.687	469.432	44.145	551.264

O imposto diferido activo diz respeito às provisões de monitorização do aterro de Trajouce, das lixeiras que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO, das células de confinamento técnico da Abrunheira e respectiva selagem (ver nota 18).

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem do aterro	Total
A 1 de Janeiro de 2017	(64)	-	(64)
Constituição por resultados	-	(532.768)	(532.768)
Reversão por resultados	7	-	7
Movimentos do período	7	(532.768)	(532.760)
A 31 de Dezembro de 2017	(57)	(532.768)	(532.825)

As reavaliações efectuadas no âmbito do normactivo anterior resultam da actualização do valor dos activos efectuada no normactivo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada.

10. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Matérias primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	60.250	26.202
Arame	28.372	35.080
EPIS e Fardamentos	42.345	41.845
Outros consumíveis	854.823	708.139
Produtos acabados	211.793	107.247
Imparidade de inventários	(23.472)	(26.910)
Total inventários	1.174.112	891.602

O custo dos inventários reconhecido, em 2017, como gastos e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” (ver nota 23) diz respeito a arame e gasóleo e totalizou 1.131.062 euros (em 2016: 850.714 euros).

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

Do total de itens registados em inventários, como produtos acabados, 52.576 euros encontram-se contabilizados pelo valor de realização líquido. Os restantes 159.217 euros estão valorizados ao custo de produção. A variação nos inventários de produção ascendeu a 104.545 euros.

Imparidade de Inventários

	2017	2016
A 1 de Janeiro	26.910	27.686
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	(3.438)	(776)
A 31 de Dezembro	23.472	26.910

11. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Clientes, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - grupo i)	2.202.772	-	2.202.772	1.461.778	-	1.461.778
Clientes - outros ii)	1.044.830	-	1.044.830	936.471	-	936.471
Clientes de cobrança duvidosa	92.553	-	92.553	92.553	-	92.553
	3.340.155	-	3.340.155	2.490.802	-	2.490.802
Imparidade de clientes	(92.553)	-	(92.553)	(92.553)	-	(92.553)
Total Clientes	3.247.602	-	3.247.602	2.398.249	-	2.398.249

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta dos serviços de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de energia eléctrica injectada na rede, produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

Imparidade de clientes

	2017	2016
A 1 de Janeiro	92.553	91.553
Aumentos	-	1.000
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	92.553	92.553

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2017		2016	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	99.374	-	339.970	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	51.116	-	54.655
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	156.022	-	60.506	-
Contribuições p/ segurança social/C.G.A	-	114.649	-	110.123
Fundos de compensação do trabalho	-	408	-	219
	255.396	166.173	400.476	164.997
Saldo corrente	255.396	166.173	400.476	164.997
Saldo não corrente	-	-	-	-
	255.396	166.173	400.476	164.997

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2017	2016
Pagamentos por conta	133.653	473.113
Retenções na fonte	3.217	2.675
Estimativa de IRC	(37.495)	(135.818)
Total	99.374	339.970

O saldo devedor de IRC, no montante de 133.653 euros, corresponde aos pagamentos especiais por conta efectuados no exercício de 2017, deste montante prevê-se o reembolso de 99.374 euros.

O saldo devedor de IVA, 156.022 euros, refere-se ao saldo a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2017.



13. Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros devedores i)	9.064.711	-	9.064.711	8.960.375	-	8.960.375
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	9.064.711	-	9.064.711	8.960.375	-	8.960.375
Pessoal	2.713	-	2.713	2.986	-	2.986
Devedores por acréscimos de rendimentos		-				
Facturação a emitir ii)	223.252	-	223.252	315.298	-	315.298
Juros a receber	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores iii)	24.511	-	24.511	218.778	-	218.778
Outras contas a receber	9.315.187	-	9.315.187	9.497.438	-	9.497.438

i) O saldo relevado em Outros devedores diz, essencialmente, respeito ao reconhecimento de 8.917 mil euros relativos ao subsídio a receber ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) para a construção de uma Central de Triagem de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. O custo total do investimento elegível para o projecto da Central de Triagem de Trajouce é de 10.500.000 euros, tendo a TRATOLIXO obtido a comparticipação máxima de 85%.

ii) Este saldo refere-se, essencialmente, à energia a facturar à EDP;

iii) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

14. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	2017	2016
Seguros	34.575	29.969
Outros serviços	63.023	71.573
Gastos a reconhecer	97.598	101.542

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.



	2017	2016
Facturação antecipada	420.200	-
Outros rendimentos	-	-
Rendimentos a reconhecer	420.200	-

Os rendimentos a reconhecer referem-se:

(i) Ao recebimento de 224.000 euros relativos à participação de uma entidade externa no processo de aprendizagem e *know-how* relativo à empreitada que consiste em transportar a água quente (80°C e 90°C), que sai do circuito de água de refrigeração dos motogeradores, até aos 10 tuneis da CDA onde deverão ser montados permutadores de calor que façam a conversão dessa água em ar quente. Aprendizagem que se prevê que irá decorrer até 2022;

(ii) A 196.200 euros recebidos nas tarifas de 2017, que por deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMTRES, serão para reconhecer em simultâneo com os gastos a incorrer com a recuperação do passivo ambiental de Trajouce. De acordo com a norma SFAS 71 os rendimentos serão diferidos até que os gastos venham a ser concretizados.



15. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

	Número de acções	Capital Social €
Capital Social	1.402.000	7.010.000

16. Reservas

A rubrica de Capital próprio, Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, mantendo-se nos 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.

17. Outras variações de capital

Nesta rubrica encontra-se registado o valor do subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projeto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”. A 31 de Dezembro de 2017, o valor líquido deste subsídio ascende a 11.852 mil euros, já deduzido do efeito fiscal futuro no valor de 3.441 mil euros.

Em 2016 reconheceu-se, nesta rubrica, o valor líquido de 6.916.875 euros relativo ao subsídio a receber do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ecal proveniente da recolha selectiva. O valor do efeito fiscal futuro, relativo ao subsídio do POSEUR foi de 2.008.125 euros.

Em 2017 procedeu-se ao reconhecimento de dois subsídios para a aquisição de 2 viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA, atingindo o valor líquido destes 5 subsídios 76 mil euros, valor já deduzido do efeito fiscal futuro de 22 mil euros.

	Subsídios	Ajustamento efeito fiscal futuro	Total
1 de Janeiro de 2016	16.468.281	(3.705.364)	12.762.918
Adições	8.925.000	(2.008.125)	6.916.875
Regularização por resultados exercício	(586.931)	-	(586.931)
Alienações / Diminuições	-	132.060	132.060
31 de Dezembro de 2016	24.806.350	(5.581.429)	19.224.921
Adições	97.502	(21.938)	75.564
Regularização por resultados exercício	(588.939)	-	(588.939)
Alienações / Diminuições	-	132.511	132.511
31 de Dezembro de 2017	24.314.913	(5.470.855)	18.844.057

Em 2012, iniciou-se o reconhecimento por resultados do subsídio atribuído pelo Fundo de Coesão como reflexo da entrada em funcionamento da CDA no final desse ano, pelo que, em 2017, o subsídio foi amortizado pelo período de 12 meses considerando-se o prazo da concessão até 2043.

O ajustamento aos subsídios por conta do efeito fiscal futuro evidenciado acima, encontra-se registado por contrapartida de uma rubrica do passivo, "Ajustamentos em subsídios".

18. Provisões

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2017 e 2016, é como segue:

	Processos judiciais	Provisões ambientais	Provisões monitorização Lixeiros e Aterro Trajouce	Provisões selagem e monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2016	16.124	1.808.097	269.796	-	2.400	2.096.417
Dotação	-	-	3.301	2.800.765	550	2.804.616
Utilização	(5.304)	(36.390)	-	-	-	(41.694)
Redução	(10.820)	(6.000)	(92.337)	-	-	(109.157)
A 31 de Dezembro de 2016	-	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	-	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182
	-	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182

	Provisões Ambientais	Provisões monitorização Lixeiros e Aterro Trajouce	Provisões selagem e monitorização CCT Abrunheira	Outras Provisões	Total
A 1 de Janeiro de 2017	1.765.707	180.760	2.800.765	2.950	4.750.182
Dotação	-	-	-	-	-
Utilização	(21.075)	-	-	-	(21.075)
Redução	(1.548.432)	(13.264)	(3.043)	(550)	(1.565.290)
A 31 de Dezembro de 2017	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818
	196.200	167.496	2.797.722	2.400	3.163.818

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

i) Provisão ambiental: esta rubrica refere-se à provisão constituída para a recuperação ambiental decorrente da res-

responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada. A estimada inicial, tem sido utilizada conforme as áreas já reabilitadas, e reduzida em função da melhor estimativa dos gastos necessários à sua reabilitação.

ii) Provisões monitorização lixeiras e aterro de Trajouce: refere-se à responsabilidade atribuída à TRATOLIXO para a monitorização do aterro de Trajouce encerrado em 2004, e das lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema multimunicipal concessionado à TRATOLIXO.

iii) Provisões para a selagem e monitorização das Células de Confinamento Técnico (CCT) da Abrunheira: nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se: a) a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 2.550 mil euros, tendo por base o valor actualizado em 31/12/2017 dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento, tendo em conta a tecnologia existente; b) a responsabilidade presente e futura de monitorização das CCT nas fases de exploração e pós encerramento no montante de 248 mil euros.

iv) Outras provisões: provisões para processos de contra-ordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR).

A variação registada nas provisões em 2016 decorre, essencialmente, de:

i) Redução da totalidade do montante provisionado, 10.820 euros, para a EGSRA dado que este processo não teve qualquer condenação de pagamento do crédito invocado. Utilização da totalidade da provisão constituída, 5.304 euros, para o processo de contra-ordenação ambiental em que a TRATOLIXO era ré;

ii) Utilização em 2016 pela execução de parte do plano de reabilitação ambiental de Trajouce, 36.390 euros, e redução da totalidade da provisão constituída, 6.000 euros, para fazer face à coima do IGAMAOT dado que a sentença foi no sentido da substituição da coima por uma mera admoestação;

iii) Dotação de 3.301 euros para a lixeira de Cascais e redução de 92.337 euros para as restantes lixeiras e aterro de Trajouce, tendo em conta a melhor estimativa em 31/12/2016 dos dispêndios de monitorização e o impacto do desconto financeiro, registado em gastos financeiros, no montante de 25.050 euros;

iv) Dotação inicial relativa às provisões para a selagem e monitorização nas fases de exploração e pós encerramento das CCT em conformidade com o DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, tendo em conta a tecnologia existente e as melhores estimativas em 31/12/2016 dos dispêndios a incorrer com a selagem e monitorização.

v) Dotação face à possível responsabilidade com um novo processo de contra-ordenação instaurado pelo Instituto de Mobilidade e dos Transportes (IMT)

A variação registada nas provisões em 2017 decorre, essencialmente, de:

i) Utilização da provisão por 21 mil euros - valor que corresponde ao montante gasto em 2017 com o saneamento do passivo ambiental. De acordo com a melhor estimativa à data, que teve em conta os meios que hoje se encontram à disposição da Empresa, apurou-se o montante de 196 mil que se estima ser suficiente para reabilitar o restante do passivo ambiental. Assim, em 2017, procedeu-se à redução da provisão por 1.548 mil euros.

ii) Redução de 16 mil euros tendo em conta a melhor estimativa em 31/12/2017 com os dispêndios de monitorização;

19. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	4.464.769	147.791.727	152.256.496		150.456.342	150.456.342
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	4.464.769	147.791.727	152.256.496	-	150.456.342	150.456.342
Juros a pagar - especialização	-	77.326	77.326	-	79.492	79.492
Custos incrementais	-	(451.352)	(451.352)	-	(468.088)	(468.088)
	4.464.769	147.417.701	151.882.470	-	150.067.747	150.067.747

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Decorrente das negociações encetadas em anos anteriores com as entidades bancárias, em 29/6/2015 firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, tendo, ainda sido concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento com a finalidade de financiar o pagamento de juros e do imposto do selo relativo a tais juros até 31/12/2017.

De acordo com os termos acordados tornou-se possível converter toda a dívida à banca como dívida de médio e longo prazo, apresentando os financiamentos não correntes a seguinte maturidade:

	2017	2016
Até 1 ano	4.464.769	-
Entre 1 e 5 anos	21.342.511	17.657.253
Mais de 5 anos	126.526.542	132.878.582
	152.333.822	150.535.835

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2017 o total de 76 mil euros.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que constituem o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos



a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas.

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Locações financeiras

A Empresa não teve contratos de locação financeira durante o exercício de 2017.

20. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	2017	2016
Fornecedores - Grupo	-	-
Fornecedores - Terceiros	2.127.629	4.646.982
Total saldo fornecedores - correntes	2.127.629	4.646.982
Total saldo fornecedores - não correntes	-	-
	2.127.629	4.646.982



Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	2017	2016
Caterpillar Energy Solutions, S.A.	220.564	-
Resitejo	-	1.578.111
Valorsul, S.A.	191.431	514.169
CITRI-C.Int.Trat.Res.Ind.,S.A	-	423.003
Ribtejo, S.A.	-	253.254
Repsol Portuguesa,SA	141.112	105.460
Iberdrola	104.485	80.936
Cimertex,S.A.	111.355	100.459
SGR,S.A.	94.774	209.624
Socamex	90.030	418.491
Strong	-	52.764
Ecoambiente	342.047	201.985
Ambitermo	-	62.502
Outros (saldos < 50.000 euros)	831.831	646.224
	2.127.629	4.646.982

A redução que se verifica no saldo a pagar a fornecedores deve-se, essencialmente, à regularização da dívida atrasada, que, no final de 2017, se encontrava na totalidade regularizada.

21. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	2017			2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais i)	378.659	-	378.659	477.963	-	477.963
Outros credores						
Credores diversos ii)	1.328.627	-	1.328.627	216.051	-	216.051
Acréscimos de gastos						
Férias e sub. férias	731.346	-	731.346	715.159	-	715.159
Outros iii)	271.509	-	271.509	197.268	-	197.268
Outras contas a pagar	2.710.141	-	2.710.141	1.606.442	-	1.606.442

i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos resultantes da aquisição de equipamentos e materiais incorporados nos serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão.

ii) Credores diversos – o saldo refere-se maioritariamente ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar

iii) Acréscimos de gastos – Outros - este saldo refere-se, essencialmente, a serviços diversos prestados em 2017 e a serem facturados em 2018.

22. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2017 e 2016 na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2017	2016
Vendas de Produtos		
Composto	15.926	11.375
Recicláveis i)	5.074.442	4.941.520
Electricidade ii)	2.536.221	2.370.425
	7.626.588	7.323.320
Prestação de Serviços		
Tratamento de resíduos iii)	22.999.657	24.173.838
Serviços de construção iv)	1.011.907	2.954.858
	24.011.563	27.128.696
Vendas e prestações de serviços	31.638.151	34.452.016

As variações registadas no rédito em 2017, relativamente ao ano anterior, ficaram a dever-se, sobretudo:

i) Ao aumento dos preços de venda de alguns produtos tais como Papel/cartão, Aço e Plásticos Mistos;

- ii) Ao aumento da produção de energia eléctrica injectada na rede;
- iii) À redução da tarifa, face a 2016, em 3,80€ por tonelada;
- iv) À redução da construção das infra-estruturas da concessão a cargo da TRATOLIXO.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

	Rédito 2017	Rédito 2016
Aterro Abrunheira	-	2.548.528
Destroçador Doppstadt	199.990	-
Aquisições de Equipamento Carga e Transporte	420.525	227.808
Central de Triagem de Trajouce	7.020	57.172
Edifício Social	39.010	-
Sistema secagem túneis - CDA	225.521	-
Outros (< 200.000 €)	119.840	121.350
	1.011.907	2.954.858

23. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	
	2017	2016
Inventários iniciais	61.281	62.425
Compras	1.158.403	849.570
Regularização de existências	-	-
Inventários finais	88.623	61.281
Custos no exercício	1.131.062	850.714

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- i) Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

24. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2017	2016
Subcontratos i)	6.291.880	11.957.216
Transporte e deposição RU	3.287.162	7.017.049
Serviços de construção	1.011.907	2.954.858
Outros	1.992.811	1.985.309
Trabalhos especializados	3.363.060	3.210.113
Conservação e reparação ii)	2.510.471	1.447.121
Electricidade	857.046	854.633
Vigilância e Segurança	305.968	314.828
Rendas iii)	1.360.080	583.226
Seguros	187.722	176.511
Água	120.254	186.472
Limpeza, higiene e conforto	108.440	100.302
Outros fluidos	134.466	87.010
Custo incorridos com o passivo ambiental iv)	1.604.055	-
Outros (< 100.000 euros)	354.449	438.361
Fornecimentos e serviços externos	17.197.891	19.355.795

i) Subcontratos: deste saldo a) 1.012 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TRATOLIXO (2016: 2.955 mil euros); b) 3.287 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2016: 7.017 mil euros). A variação significativa que se verifica nesta rubrica tem a ver com a entrada em funcionamento das Células de Confinamento Técnico cujo início de actividade se deu em Março de 2017; c) do montante de 1.993 mil euros, 1.855 mil euros são referentes ao tratamento de embalagens (2016: 1.823 mil euros).

ii) Conservação e reparação: o desvio que se verifica relativamente a 2016, deve-se aos serviços de conservação que se tornaram necessários, nomeadamente, na CDA - sobretudo no motogerador, nos Ecocentros da Abrunheira e Trajouce, na CITRS e no aterro da Abrunheira.

iii) Rendas: a variação relativamente a 2016 deve-se às rendas dos novos equipamentos para o aterro da Abrunheira e de máquinas para o ecocentro de Trajouce.

iv) Custos incorridos com o passivo ambiental: decorrente da instrução da AMTRES, de 30 de Janeiro de 2018, o exercício de 2017 evidencia em custos do exercício o montante de 1.604 mil euros relativo aos custos já incorridos com o saneamento do passivo ambiental. Ao abrigo da SFAS 71, até ao momento, todos os custos incorridos com o saneamento deste passivo estavam a ser capitalizados em activos em curso, dado que era intenção do accionista recuperá-los em tarifarias futuras, ao longo do período da concessão, conforme previsto e aprovado nos Estudos de Viabilidade Económica e Financeira da TRATOLIXO. Tendo em conta que por deliberação da AMTRES se instruiu a TRATOLIXO para se recuperarem os gastos anteriormente incorridos de imediato, e não em tarifas futuras, conforme estava previsto, as contas de 2017 fizeram reflectir esta decisão que tem impacto tanto na redução do activo líquido como no resultado líquido da Empresa.

25. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2017 e 2016, foram como segue:

	2017	2016
Remunerações		
Orgãos sociais	87.523	98.221
Pessoal	4.608.334	4.242.474
	4.695.857	4.340.695
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1.020.980	932.383
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	110.369	122.372
Gastos de acção social	6.801	3.511
Fardamentos e EPIS	176.363	169.335
Outros	228.324	220.778
	1.542.837	1.448.379
Gastos com pessoal	6.238.694	5.789.073

O número médio de empregados em 2017 foi de 264 (em 2016: 243)

26. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

	2017	2016
Ganhos em inventários	-	5.948
Imputação do subsídio (ver nota 17)	588.198	586.931
Rendimentos suplementares	10.430	10.384
Outros	749.041	40.185
	1.347.669	643.448

A variação de 704 mil euros que se verifica, relativamente a 2016, tem sobretudo a ver com o acerto da tarifa da Valorsul, determinado pela ERSAR com referência ao exercício de 2016.

27. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

	2017	2016
Quotizações	6.712	5.755
Impostos	19.791	46.573
Donativos	16.792	28.117
Outros	99.611	30.993
	142.906	111.437



28. Juros e gastos e rendimentos similares

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

	2017	2016
Juros e gastos similares		
Juros suportados i)	1.767.068	2.039.734
Outros gastos e perdas de financiamento	100.540	118.528
	1.867.608	2.158.262
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos	2.398	279
Outros rendimentos similares	-	-
	2.398	279

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento renegociado nos termos do Contrato de Financiamento. Em 2016, esta rubrica registou, ainda, 67 mil euros de juros de mora pagos a fornecedores.

29. Imposto do exercício

A decomposição do montante do imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2017	2016
Imposto s/rendimento corrente	(37.495)	(135.818)
Imposto s/rendimento diferido	(22.168)	(20.026)
Imposto sobre o rendimento	(59.663)	(155.843)



A reconciliação do montante do imposto do exercício é conforme segue:

	2017	2016
Resultado antes de Imposto	71.158	682.815
Taxa de Imposto	22,5%	22,25%
	16.010	151.926
Gastos não dedutíveis	75.389	4.482
Rendimentos não tributáveis	(62.557)	(29.894)
Dif. temporárias dedutíveis s/ imposto diferido	22.168	20.026
Dif. taxa derrama municipal	-	519
Tributação autónoma	8.652	8.785
	59.663	155.843
Imposto s/ rendimento corrente	37.495	135.818
Imposto s/ rendimento diferido	22.168	20.026
Imposto s/ rendimento	59.663	155.843
Taxa efectiva de imposto	83,8%	22,8%

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante do imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2017	2016
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,25%
	22,50%	22,25%

30. Compromissos

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

Compromissos com investimentos

O investimento ainda não ocorrido e contratualizado, à data do Balanço, refere-se à Empreitada de Concepção, construção e fornecimento da Central de Triagem de Trajouce no valor de 7.960.441 euros e à prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde em obra da mesma empreitada no montante de 548.882 euros.

Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2016:

	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	53.300	127.360	-
Equipamento informático	47.040	53.359	-
Equipamento industrial	298.178	377.583	-
	401.517	558.302	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2017:

	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Viaturas	53.989	86.851	-
Equipamento informático	85.430	56.647	-
Equipamento industrial	578.148	498.607	-
	717.567	642.105	-



31. Contingências

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objecto	Início	2017	2016
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste, S.A	Garantir o pagamento da recepção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25-08-2003	412.500	412.500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota.	09-01-2003	6.700	6.700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota.	02-06-2009	2.000	2.000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral cumprimento das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce.	29-12-2016	82.890	82.890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira.	29-12-2016	1.633.942	1.633.942
			2.138.032	2.138.032

Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2017, a TRATOLIXO tinha uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A Tomás de Oliveira, S.A. (TO) e a AMBITERMO, S.A., empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de € 585.164.

A TRATOLIXO veio contestar no sentido da manutenção da aplicação e valor das multas, bem como veio pedir que as TO e AMBITERMO fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.715. A TO e a AMBITERMO contestaram este último pedido.

Aguarda-se a notificação do pré-saneador e/ou marcação da audiência prévia.

É da opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase inicial e perante a complexidade probatória e jurídica do processo é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

32. Informações sobre matérias ambientais

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2017:

- Por solicitação da TRATOLIXO à Secretaria de Estado do Ambiente, passámos a ser entidade consultada da Comissão de Acompanhamento de Gestão dos Resíduos (CAGER), criada com a incumbência de acompanhar as condições e evolução do mercado de resíduos, as operações e sistemas de gestão de resíduos e desempenhar um papel activo, tanto no incentivo ao aproveitamento dos resíduos enquanto matérias-primas secundárias, quanto na adopção das novas e melhores tecnologias disponíveis para a sua gestão;
- O envio à ERSAR de contributos relativamente à proposta de Metodologia de Avaliação da Aptidão Funcional de Infraestruturas de Gestão de Resíduos (modelos de avaliação e manual de utilização);
- O envio à Secretária de Estado do Ambiente (SEA) de pronúncia, emitida em sede de audiência de interessados, sobre o projecto de licença da AMB3E;
- O envio à SEA de exposição relativa à suspensão de pagamentos no âmbito das candidaturas do POSEUR aprovadas e reprogramação física e financeira das operações aprovadas;
- A apresentação de candidatura, a 31 de Julho de 2017, ao Fundo Ambiental no âmbito da publicação do Aviso relativo ao apoio às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou intermunicipais para a introdução de veículos 100% eléctricos; a candidatura foi aprovada por este fundo de financiamento a 11 de Setembro de 2017, com um taxa média de co-financiamento de 65%;
- A apresentação de candidatura, a 27 de Outubro de 2017, ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) relativa ao Aviso de Concurso “Acções de Educação e Sensibilização com vista a Valorização de Resíduos Urbanos”, para o Plano de Acções de Educação e Sensibilização com Vista à Valorização de Resíduos Urbanos do Sistema AMTRES; a candidatura foi aprovada pela entidade gestora do POSEUR a 06 de Fevereiro de 2018, com a taxa de co-financiamento máxima de 85%;
- O envio, à APA e à CCDR-LVT, do Relatório de Acompanhamento do Plano de Acção do Sistema Intermunicipal da TRATOLIXO (RA_PAPERSU), tendo como referência a concretização medidas previstas no PAPERSU da TRATOLIXO para o período 2014-2020, contemplando a execução das medidas propostas face à calendarização inicialmente prevista e os aspetos positivos e dificuldades encontradas ao longo do ano, em cumprimento ao disposto no Despacho n.º 12571/2014, de 14 de Outubro, que define as atribuições, constituição e funcionamento do Grupo de Apoio à Gestão do PERSU 2020.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais – a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira, a minimização das emissões atmosféricas de CO₂ através da aquisição de viaturas 100% eléctricas para a frota da empresa (operação co-financiada pelo Fundo Ambiental) e a preparação e implementação de iniciativas de promoção do aumento da eficiência energética nos processos industriais do Ecoparque da Abrunheira (projectos co-financiados pelo Fundo de Eficiência Energética ao abrigo de submissão de candidatura, em 2016, ao Aviso deste fundo de financiamento relativo à Eficiência Energética na Indústria).

33. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2017, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

33.1. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 87.523 euros (2016: 98.221 euros).

33.2. Transacções entre partes relacionadas

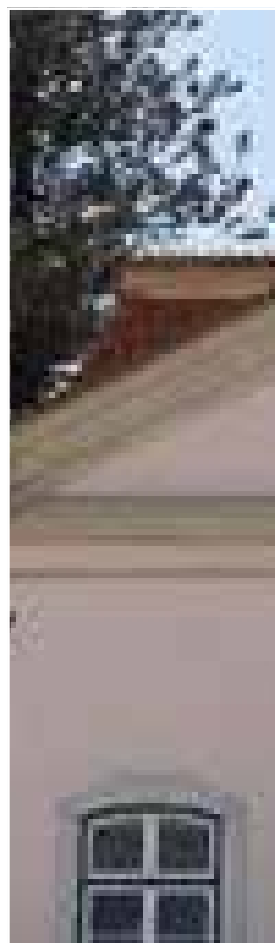
(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

Relacionadas com a accionista:

Concelho de Cascais ● Concelho de Mafra ● Concelho de Oeiras ● Concelho de Sintra



(b) transacções e saldos pendentes com accionistas e as suas partes relacionadas:

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

Serviços Prestados

	2017	2016
AMTRES	(2.104)	(36.963)
Câmara Municipal de Cascais	7.843.028	8.162.017
Câmara Municipal de Mafra	2.466.069	2.144.294
Câmara Municipal de Oeiras	4.318.166	4.626.358
Câmara Municipal de Sintra	9.921.035	9.901.336
	24.546.195	24.797.042

Saldos Devedores e Credores

No final do exercício de 2017, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2017	2016
Saldos devedores		
AMTRES	37	2.252
Câmara Municipal de Cascais	476.337	271.176
Câmara Municipal de Mafra	440.131	225.020
Câmara Municipal de Oeiras	783.107	416.374
Câmara Municipal de Sintra	503.160	546.956
Clientes (Nota 11)	2.202.772	1.461.778
Saldos credores		
AMTRES	-	63.357
Outros Credores (Nota 21)	-	63.357
AMTRES	-	2.141
Acréscimos Gastos	-	2.141

Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2017, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

	2017	2016
Recebimentos		
AMTRES	111	17
Câmara Municipal de Cascais	8.108.403	8.917.533
Câmara Municipal de Mafra	2.398.430	2.259.659
Câmara Municipal de Oeiras	4.210.478	5.278.044
Câmara Municipal de Sintra	10.560.092	10.447.341
	25.277.513	26.902.595
Pagamentos		
AMTRES	63.357	67.562

34. Disposições legais

Principais diplomas legais no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2016 ou que entraram em vigor a partir deste ano:

Legislação aplicável em 2017

Despacho n.º 154-A/2017, de 3 de Janeiro

Concede à Novo Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., e à Sociedade Ponto Verde - Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S. A., a possibilidade de celebrar contratos, ao abrigo do n.º 3 dos Despachos n.os 14202-D/2016 e 14202-E/2016, de 25 de Novembro, até ao dia 31 de Março de 2017.

Portaria n.º 145/2017, de 26 de Abril

Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias electrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER).

Decreto-Lei n.º 46/2017, de 3 de Maio

O presente decreto-lei procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, alterado pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de Agosto, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos.

Portaria n.º 201-A/2017, de 30 de Junho

Aprova o modelo, edição, preços, fornecimento e distribuição do livro de reclamações, nos formatos físico e electrónico e estabelece as funcionalidades da plataforma digital que disponibiliza o formato electrónico do livro de reclamações.

Despacho n.º 6907/2017, de 9 de Agosto

Concede à Amb3E, Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagens.

Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de Agosto

O presente decreto-lei estabelece a disciplina das instalações eléctricas de serviço particular alimentadas pela rede eléctrica de serviço público (RESP) em média, alta, ou em baixa tensão, e das instalações com produção própria, de carácter temporário ou itinerante, de segurança ou de socorro, e define o sistema de controlo, supervisão e regulação das actividades a elas associadas.

Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de Agosto

O presente decreto-lei estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, adiante designadas por instalações de gás, e dos aparelhos que aquelas abastecem, com excepção dos aparelhos alimentados directamente por garrafas gás colocadas no local do consumo, bem como a definição do sistema de supervisão e regulação das actividades a elas associadas.

Lei n.º 73/2017, de 16 de Agosto

Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Có-

digo do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 106/2017, de 29 de Agosto

O presente Decreto-Lei regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística oficial sobre acidentes de trabalho.

Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de Agosto

Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe as Directivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Fevereiro de 2014 e a Directiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014.

Decreto-Lei n.º 132/2017, de 11 de Outubro

Aprova o Regulamento que fixa os pesos e as dimensões máximos autorizados para os veículos em circulação, transpondo a Directiva (UE) n.º 2015/719.

Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de Novembro

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa. Nessa medida este diploma revoga o Decreto-Lei nº 56/2011.

Este diploma altera ainda o Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto que regulamenta as operações de recuperação para reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono contidas em equipamentos de refrigeração e de ar condicionado, bem como as operações de manutenção e de assistência desses mesmos equipamentos, incluindo a detecção de eventuais fugas.

Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de Dezembro

Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Directivas n.os 2015/720/UE, 2016/774/UE e 2017/2096/EU.

Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro

Orçamento do Estado para 2018.

35. Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários do fiscal único nos períodos de 2017 e 2016 foram de 14.058 euros, em cada um dos exercícios.

36. Eventos subsequentes

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2018, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 31 de Janeiro de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Ana Filipa Lanternas

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho



Ana Isabel Neves Duarte



António Ricardo Henriques da Costa Barros





Knowing you.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S. A.** (a Empresa), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 191.495.687 euros e um total de Capital Próprio de 25.021.576 euros, incluindo um Resultado líquido de 11.495 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.**, em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O Balanço apresenta, como parte integrante da rubrica de Activos Intangíveis, o valor líquido de 44.195.972 euros, referente aos denominados "Custos de não instalação", absorvidos totalmente durante o período de concessão de funcionamento das instalações do Aterro da Abrunheira, tendo-se verificado, no corrente exercício, uma amortização 1.699.845 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



Knowing you.

- 2 -

- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas actividades;



Knowing you.

– 3 –

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as Demonstrações Financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.
Representada por Helder da Palma Veiga



9. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Knowing you.

RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Exmos. Accionistas e Conselho de Administração da

TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S.A.

Em cumprimento do disposto no artº 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos Estatutos da **TRATOLIXO – TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, E.I.M., S. A.**, vem o Fiscal Único submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório da sua acção fiscalizadora, bem como o Parecer sobre o Relatório da Gestão e as Contas apresentados pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício e no âmbito das funções cometidas:

- Acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, tendo realizado diversas reuniões com o Conselho de Administração, que nos prestou todos os esclarecimentos tidos como necessários, para boa compreensão da actividade empresarial;
- Procedemos à análise da documentação contabilística produzida ao longo do ano, efectuando os procedimentos e verificações julgadas convenientes;
- Comprovamos a adequação dos critérios valorimétricos adoptados;
- Apreciámos as sínteses contabilísticas finais que se traduziram no Balanço, na Demonstração dos resultados por naturezas, na Demonstração dos fluxos de caixa e nos Anexos a estes mesmos documentos;
- Após o encerramento das contas apreciamos o Relatório da Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, que traduz a actividade, a evolução dos negócios e a situação presente da Sociedade e perspectiva a sua evolução futura;
- Verificamos a observância da Lei e do contrato da Sociedade;
- Emitimos a Certificação Legal das Contas com uma ênfase, e elaboramos o relatório nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 52º do Decreto-Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, e por força do estatuído no nº 2 do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

Em resultado da informação recebida, das verificações efectuadas e tendo em consideração os documentos elaborados somos de PARECER que:

- Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração, tendo em consideração a Certificação Legal das Contas;
- Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão, tendo em consideração o sentido de voto que for considerado em face do parágrafo anterior;
- Procedais à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela se tirem as conclusões referidas no artº 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2018

KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, Lda.
Representada por Helder da Palma Veiga

FICHA TÉCNICA



Elaboração

Patrícia Gomes

Direcção de Planeamento Estratégico



Elaboração

Filipa Lanternas

Direcção Financeira



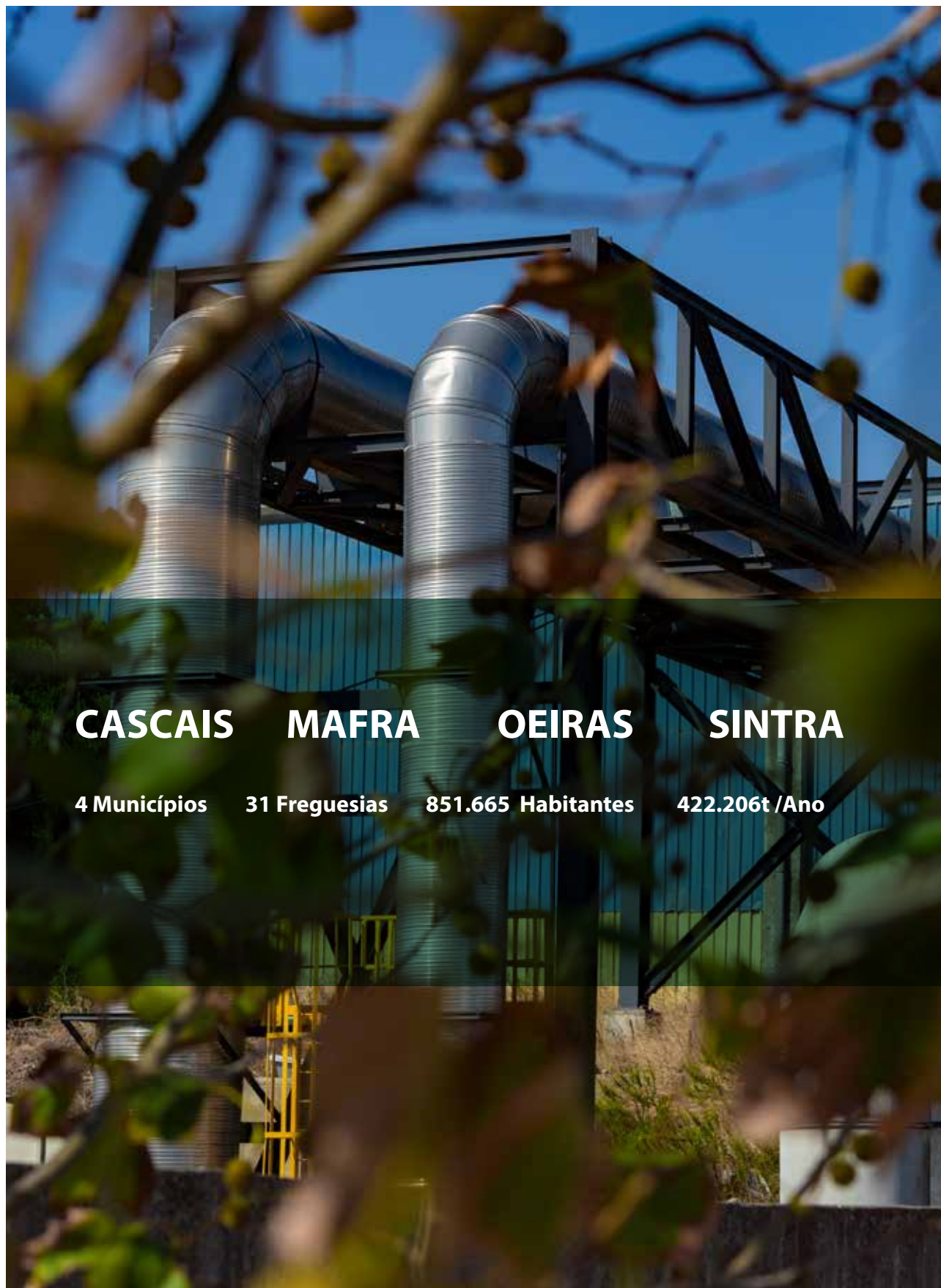
Design e paginação

Cláudia Quadros

Gabinete de Comunicação

Créditos Fotográficos

Arquivo TRATOLIXO, CMC, CMM, CMO e CMS



CASCAIS MAFRA OEIRAS SINTRA

4 Municípios 31 Freguesias 851.665 Habitantes 422.206t /Ano



CASCAIS





Quase 30 Anos a cuidar de si

www.tratolixo.pt

TRATOLIXO-Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Estrada 5 de Junho, nº1
Trajouce . 2785-155 São Domingos de Rana
Tel. 21 445 95 00 . Fax 21 444 40 30



Central de Digestão Anaeróbia
Ecocentro da Ericeira